



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ARTES - IARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ARTES**

Prof-Artes

LEONARDO SILVA FLÔRES

**CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES NA FORMAÇÃO
DOCENTE: uma intervenção artístico-pedagógica em escolas de
Uberlândia-MG**

**UBERLÂNDIA - MG
2023**

LEONARDO SILVA FLÔRES

**CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES NA FORMAÇÃO DOCENTE: uma intervenção
artístico-pedagógica em escolas de Uberlândia-MG**

Dissertação apresentada para o Mestrado Profissional em Artes,
campus: Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Linha de
pesquisa: Abordagens metodológicas das práticas docentes.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Mara Lucia Leal

UBERLÂNDIA – MG
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

F634c Flôres, Leonardo Silva, 1983-
2023 Corpos, gêneros e sexualidades na formação docente [recurso eletrônico] : uma intervenção artístico-pedagógica em escolas de Uberlândia-MG / Leonardo Silva Flôres. - 2023.

Orientadora: Mara Lucia Leal.
Dissertação (Mestrado profissional) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-graduação em Artes (PROFARTES).
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2024.5015>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Artes. I. Leal, Mara Lucia, 1968-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-graduação em Artes (PROFARTES). III. Título.

CDU: 7

André Carlos Francisco
Bibliotecário Documentalista - CRB-6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação PROFARTES
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1V - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-8391 - mprofartes@iarte.ufu.br - www.iarte.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Mestrado Profissional em Artes				
Defesa de:	Mestrado Profissional em Artes - PROFARTES				
Data:	13 de dezembro de 2023	Hora de início:	09:00	Hora de encerramento:	11:35
Matrícula do Discente:	12212MPA007				
Nome do Discente:	Leonardo Silva Flôres				
Título do Trabalho:	CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES NA FORMAÇÃO DOCENTE: uma intervenção artístico-pedagógica em escolas de Uberlândia, Minas Gerais				
Área de concentração:	Ensino de Artes				
Linha de pesquisa:	Abordagens teórico-metodológicas das práticas docentes				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	CRIAÇÃO, PERFORMANCE E PEDAGOGIAS: Poéticas e Políticas do Corpo				

Reuniu-se de forma remota pela Plataforma Teams, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Mestrado Profissional em Artes, assim composta pelas professoras doutoras: Roberta Maira de Melo, Elenita Pinheiro de Queiroz Silva e Mara Lucia Leal, orientadora do candidato.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Mara Lucia Leal, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir a senhora presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, às examinadoras, que passaram a arguir o candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Mara Lucia Leal, Professor(a) do Magistério Superior**, em 09/01/2024, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Maira de Melo, Professor(a) do Magistério Superior**, em 10/01/2024, às 20:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elenita Pinheiro de Queiroz Silva, Professor(a) do Magistério Superior**, em 11/01/2024, às 17:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **5075357** e o código CRC **1B06FDDC**.

AGRADECIMENTOS

A Deus e Nossa Senhora, por estarem comigo sempre.

Ao universo, pelas energias positivas e transformadoras.

A minha orientadora, Dr^a. Mara Lucia Leal, pela paciência e por me conduzir com carinho e dedicação nesta caminhada tão importante.

A minha família.

A minhas amigas de trabalho Valéria Aparecida dos Reis e Marilene Regina, por me darem todo o suporte para a conclusão desta pesquisa.

A toda comunidade escolar da Escola Municipal Professora Cecy Cardoso Porfírio de Uberlândia.

À professora Zilá, que considero minha madrinha de mestrado.

Ao Rômulo Dias Jesuíno, por me inspirar com sua dedicação à pesquisa científica.

Aos professores e professoras do Prof-Artes, campus Universidade Federal de Uberlândia, por todo o compartilhamento de ideias e conhecimento. Em especial, aos(às) professores(as): Paulina Maria Caon, Roberta Maira de Melo, Rosimeire Gonçalves, Elsiene Coelho e também à professora do PPGED Elenita Pinheiro.

A todos os amigos e amigas que me atravessam com suas emoções e sentimentos, aos estudantes que me motivam a continuar trabalhando por uma educação de qualidade em nosso país.

FLÔRES. Leonardo Silva. *Corpos, Gêneros e Sexualidades na formação docente: uma intervenção artístico-pedagógica em escolas de Uberlândia-MG*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Artes – Universidade Federal de Uberlândia. 2023.

RESUMO

Esta pesquisa trata da criação e aplicação de uma intervenção artístico-pedagógica em duas escolas da cidade de Uberlândia (MG). O objetivo foi contribuir com e para a formação continuada de professores/as da educação básica pública brasileira. Com a intervenção se buscou fomentar o debate sobre as identidades de gêneros e orientações sexuais nas salas de aula, incluindo suas especificidades. Como pergunta norteadora temos a seguinte problematização: De que maneira o(a) professor(a) percebe sua formação, o sistema de ensino, o contexto social e político para as práticas dialógicas sobre as temáticas de gêneros e sexualidades com a pessoa estudante? Este questionamento reflete minha percepção enquanto estudante e professor gay sobre as micro violências e a falta de diálogo por parte do corpo docente e gestor das escolas sobre o debate em corpos, gêneros e sexualidades em sala de aula. A metodologia da pesquisa seguiu com abordagem qualitativa, revisão bibliográfica e a criação de um plano de intervenção artístico-pedagógica, tendo uma *performance* como parte integrante, o qual foi desenvolvido e executado por mim como material disparador, a fim de propor um diálogo inicial sobre a temática apresentada. Para a fundamentação teórica, dialogou-se com as produções de professoras/res, pesquisadoras/res e artistas que também corroboram com estudos sobre corpos, gêneros e sexualidades. Com a intervenção artístico-pedagógica, convidou-se o corpo docente das escolas a refletir acerca da necessidade e ressignificação de conceitos e preconceitos que envolvem as construções culturais sobre os corpos e suas manifestações em gêneros e identidades, contribuindo com a descoberta de novos caminhos pedagógicos, metodológicos e didáticos no cotidiano escolar em sala de aula.

Palavras-chave: educação; corpos; gêneros; sexualidades; *performance*; intervenção artístico-pedagógica.

FLÔRES. Leonardo Silva. *Corpos, Gêneros e Sexualidades na formação docente: uma intervenção artístico-pedagógica em escolas de Uberlândia-MG*. Dissertação (Mestrado)-Programa de Pós-Graduação de Mestrado Profissional em Artes- Universidade Federal de Uberlândia. 2023.

ABSTRACT

This research deals with the creation and application of an artistic-pedagogical intervention in two schools in the city of Uberlândia (MG). The objective was to contribute to and for the continued training of teachers in Brazilian public basic education. The intervention sought to encourage the debate about gender identities and sexual orientations in classrooms, including their specificities. As a guiding question we have the following problematization: How does the teacher perceive his/her training, the education system, the social and political context for the dialogical practices about the themes of gender and sexualities with the student? This questioning reflects my perception as a gay student and teacher about micro violence and the lack of dialogue on the part of teaching staff and school managers about the debate on bodies, genders and sexualities in the classroom. The research methodology followed a qualitative approach, bibliographical review and the creation of an artistic-pedagogical intervention plan, with a performance as an integral part, which was developed and executed by me as trigger material, in order to propose an initial dialogue about the theme presented. For the theoretical foundation, we discussed the productions of teachers, researchers and artists who also corroborate studies on bodies, genders and sexualities. With the artistic-pedagogical intervention, the teaching staff of schools were invited to reflect on the need and resignification of concepts and prejudices that involve the cultural constructions about bodies and their manifestations in genders and identities, contributing to the discovery of new pedagogical paths, methodological and didactic in everyday school life in the classroom.

Keywords: education; bodies; genres; sexualities; performance; artistic-pedagogical intervention.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Colagem de palavras

Figura 2 – *Performance* “Corpos, gêneros e sexualidades na formação docente”

Figura 3 - *Performance* “Corpos, gêneros e sexualidades na formação docente”

Figura 4 – Intervenção Artístico-pedagógica

Figura 5 - Intervenção Artístico-pedagógica

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIDS	Acquired Immunodeficiency syndrome - Síndrome da imunodeficiência adquirida pelo vírus HIV
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CEMEPE	Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz.
COVID-19	Doença causada pelo coronavírus
DST	Doença Sexualmente Transmissível.
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgeneros, <i>Queer</i> , Intersexuais, Assexuais e mais
TDAH	Transtorno de déficit de atenção com hiperatividade
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
SEÇÃO 1 – MINHAS VIVÊNCIAS ENQUANTO ESTUDANTE E PROFESSOR GAY NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA	15
SEÇÃO 2 – REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO DE GÊNERO, SEXUALIDADES E SUAS REVERBERAÇÕES	20
SEÇÃO 3 - A <i>PERFORMANCE</i> COMO MATERIAL ARTÍSTICO-PEDAGÓGICO DISPARADOR DE DIÁLOGOS	33
3.1 – <i>PERFORMANCE</i> “CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES NA FORMAÇÃO DOCENTE”	388
SEÇÃO 4 – PLANO DE EXECUÇÃO PARA A INTERVENÇÃO ARTÍSTICO- PEDAGÓGICA.....	41
SEÇÃO 5 - INTERVENÇÃO ARTÍSTICO-PEDAGÓGICA.....	47
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS	63
APÊNDICE	65
ANEXOS	73

INTRODUÇÃO

Sou ator, pedagogo e professor de Arte e, durante as minhas experiências como professor de Teatro, tenho encontrado diversas situações nas quais me deparo com a descoberta da orientação sexual e da identidade de gênero da pessoa estudante. É durante as aulas de Teatro que estudantes iniciam um processo pessoal de descobertas dos sentimentos, das emoções e dos corpos. Muitas vezes, estudantes me procuravam para conversar e desabafar sobre suas sexualidades e como essas descobertas estavam reverberando em suas vidas particulares. Então, como professor, percebi que poderia contribuir muito mais do que apenas com os conteúdos de Arte, pois estava diante de uma formação muito mais complexa da pessoa estudante do que poderia imaginar – estamos falando da condição de orientação sexual e identidade de gênero em que se encontra cada discente, temática esta que permeia o processo de desenvolvimento humano em nossos estudantes.

A problematização desta pesquisa não é a segregação ou separação das pessoas não heteronormativas, mas a garantia dos Direitos Humanos à educação formal e informal de qualidade que respeite sua condição e diversidade, auxiliando na construção de suas relações pedagógicas, desenvolvidas ao longo da experiência educacional. Segundo Guacira Lopes Louro (2018, p. 53), “em nossa sociedade, devido à hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, têm sido nomeados e nomeadas como ‘diferentes’ aqueles e aquelas que não compartilham desses atributos”.

As relações estabelecidas socialmente no ambiente escolar são importantes para a formação da pessoa estudante; do mesmo modo, as violências ligadas à exclusão social no ambiente escolar também contribuem – negativamente – para essa construção, uma vez que, durante seu processo de formação, os/as estudantes que não se identificam com o “padrão cisheterossexual” são excluídos(as) ou segregados(as) por não haver identificação com o “outro”, pois este “outro”, com o qual supostamente eles/elas se identificariam não existe, principalmente quando são acometidos(as) pelo silêncio e negação por parte do professor ou da professora. Desse modo faz-se necessário um diálogo reflexivo sobre essa temática.

As Diretrizes de Bases da Educação Nacional (1996), em conjunto com os PCNs – Parâmetro Curricular Nacional (1997), documentos orientadores da educação, oferecem aos docentes e discentes uma proposta de ensino sobre os temas transversais, que dizem respeito a um conjunto de assuntos voltados para a construção educacional e social, direitos e responsabilidades dialogadas com a vida pessoal e coletiva da pessoa estudante. Esses temas transversais são: a educação no campo, gênero e diversidade, cultura de paz, direitos humanos, ensino especial, étnico-racial e educação ambiental. Tais temas atravessam os conteúdos do currículo formal e devem ser trabalhados pelos/as docentes de forma a atingirem uma contextualização com o cotidiano dos (as) aprendizes.

Os temas transversais, de acordo com os PCNs, são orientações a serem incluídas por meio das práticas pedagógicas que desenvolvam com a pessoa estudante o debate sobre ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, orientação sexual, trabalho e consumo. Estes temas são corroborados por González e Castro (2015) no texto: Direitos Humanos, Cultura da Paz e Currículo Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (1997), ao apresentarem a discussão da temática por meio de propostas, como eixos transversais, da educação para a diversidade, da educação para a cidadania, da educação para a sustentabilidade e da educação para e em direitos humanos.

Os PCNs são utilizados nesta pesquisa como documento educacional orientador a fim de dialogar sobre a temática sugerida, uma vez que na Base Nacional Comum Curricular – BNCC de 2017, documento normativo, foi suprimida, em sua terceira e última versão, às pressas, as palavras “identidades de gêneros e orientações sexuais” - temáticas que estavam presentes nas duas primeiras versões apresentadas e que já faziam parte do currículo escolar desde os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997, porém a discussão sobre a temática permanece em debate.

Os anais do XIV Colóquio Internacional “Educação e contemporaneidade”, realizado em setembro de 2020, em seu Eixo 5 – educação, corpo, sexualidade e gênero –, faz uma reflexão sobre como as temáticas de gênero e orientações sexuais são tratadas nas três versões da BNCC.

O debate sobre orientação sexual e identidade de gênero nas escolas vai desde a desconfiguração da “família tradicional” a opiniões particulares, influenciando as disputas dos poderes políticos e as práticas educacionais. Na

escola, a pessoa estudante não se desenvolve apenas com habilidades cognitivas, mas também nas questões de comportamentos e valores culturais, que já são previstos na Lei de Diretrizes e Bases (LDB): “a educação, dever da família e do Estado inspiradas no princípio de liberdade e nos ideais de solidariedade humana tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996).

Na primeira versão da BNCC, os temas gênero e orientação sexual eram amplamente abordados com argumentos pautados nessa temática e em quase todo o documento da BNCC. A segunda versão continuou contemplando as temáticas de gênero e orientação sexual, problematizando as questões no âmbito social, político, ético e moral. Tais assuntos vinham preparar a pessoa estudante para um melhor convívio social, corroborando a ideia de que, independentemente do sexo biológico, o corpo necessitaria de liberdade e sensibilidade para ser compreendido e respeitado.

Na terceira e última versão, os termos gênero e orientação sexual foram suprimidos de todo o documento, sendo, dessa maneira, substituídos pelas palavras “diferenças e diversidades”. Terminologicamente, as palavras exercem influência em suas contextualizações, e as palavras “diferenças e diversidades” podem ser interpretadas de maneira generalista, enfraquecendo a potência dos debates construídos em volta das palavras “gênero e orientação sexual” nas escolas.

Alguns argumentos foram levantados para justificar a supressão dos termos gênero e orientação sexual da BNCC, por exemplo, o de que o estudo dessa temática abriria possibilidades de a pessoa estudante “sair experimentando as várias orientações sexuais, distorcendo as identidades e colocando em risco a ‘família tradicional’”. Esses argumentos são usados pela bancada religiosa, na Câmara dos deputados e Câmara de vereadores, além de pessoas e grupos radicais que se declaram contrárias ao debate desta temática nas escolas.

As possíveis consequências dessa supressão poderão se efetivar com o aumento de violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes, violência contra a mulher, violência contra a pessoa LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, *Queer*, Intersexuais, Assexuais e mais) e fortalecimento do patriarcado, agravando a desigualdade, a homofobia, o feminicídio e os índices de suicídio entre comunidades não heteronormativas.

Durante a educação básica, para muitos de nós, o corredor de uma escola pode se tornar um pesadelo cheio de consequências emocionais. Por isso, torna-se importante, para maior conhecimento teórico/prático, a busca de novos caminhos e possibilidades para professores e estudantes se entenderem enquanto humanos em seus direitos e deveres, acordados pelo respeito à formação do educando no ambiente escolar. Segundo Lopes (2004, p. 25), operamos, historicamente, em um campo disciplinador, via de regra comprometido com a integração social e pouco afeito às transgressões, onde a subversão nem sempre é bem-vinda, mas, às vezes, “acontece e pode representar oxigenação”.

Essa reflexão nos traz novas formas de pensar as relações pedagógicas que podem ser desenvolvidas com estudantes em sala de aula ou mesmo em atividades extracurriculares e em outros momentos de interação educacional. Afinal, a formação pedagógica acontece a todo o momento e não se pode deixar de ser observada e ressignificada, respeitando a pessoa na sua condição e diversidade. Nessa perspectiva, o PCN, mesmo sendo um documento mais antigo à BNCC, discute as relações e construções sobre gêneros, corpos e sexualidades – temáticas suprimidas nos documentos atuais em uma mostra clara de retrocesso pedagógico e na formação da pessoa estudante.

Precisamos pensar em como desenvolver atividades que dialoguem com a condição e a diversidade da pessoa estudante, respeitando nossas construções culturais e sociais, entendendo a importância da representatividade no que diz respeito à diversidade no corpo docente da escola, esclarecendo, para a pessoa estudante, que os professores e as professoras também podem ser gays, quilombolas, indígenas, mulheres, bissexuais, pretos, asiáticos, transexuais, pessoa não binária e tantas outras condições que se percebem em uma singularidade social diferente da cisheteronormatividade¹ machista, branca, hegemônica e patriarcal.

A fim de fomentar a discussão sobre as identidades de gêneros e orientações sexuais, incluindo suas especificidades, e de contribuir com e para a formação continuada de professores e professoras da educação básica, promovo, com esta pesquisa, um diálogo reflexivo por meio da intervenção artística e pedagógica, que tem a *performance* “Corpos, gêneros e sexualidades na formação

¹ Conjunto bem delimitado de normas, reforços e punições, assim como aquelas presentes nas instituições, que naturalizam e padronizam o indivíduo cisgênero e heterossexual como possibilidade única e a reforçam como regra (ROSA, 2020).

docente” como sugestão de material problematizador para um debate entre professores e professoras, na busca de compreender a condição da pessoa estudante LGBTQIA+ e como essa condição pode afetar a relação docente/discente em sala de aula. Partindo dessa ideia de diálogo, apresento a seguinte reflexão: Como o/a professor/a percebe sua formação, o sistema de ensino, o contexto social e político para as práticas dialógicas sobre as temáticas de gêneros e sexualidades com a pessoa estudante?

Esta pesquisa tem abordagem qualitativa e segue uma metodologia híbrida que inclui um processo criativo, que conforme discutido por Fayga Ostrower (1995), no livro *Acasos e criação artística*, também faz parte da metodologia desta pesquisa, que acontece com o estudo e criação da *performance* “Corpos, gêneros e sexualidades na formação docente”, com o qual experimento e vivencio voltar ao lugar (corredor de escola) onde sofri parte da violência na escola, durante meu ensino fundamental e médio, em Taguatinga no Distrito Federal, fato que influencia criativamente esta pesquisa. De acordo com Ostrower (1995), a criação é uma conquista da maturidade, e só ela dará ao artista a liberdade de formular novos conteúdos expressivos, de crescente complexidade estilística e sutilezas de nuances emocionais.

Esta pesquisa propôs uma intervenção artístico-pedagógica com professores e professoras do ensino básico e público do município de Uberlândia, para dialogarmos sobre corpos, gêneros e sexualidades e como essa temática influencia nosso fazer pedagógico e formador em nós e na pessoa estudante.

De maneira interdisciplinar, realizamos uma revisão bibliográfica. Ademais, de maneira participante, fomentamos o caráter dialético da realidade social com a natureza intersubjetiva da apreensão conceitual, criando um movimento de transformação do pensamento e compreensão das necessidades das condições humanas educacionais atuais.

Como procedimento de pesquisa, utilizamos a revisão bibliográfica, criação de processo artístico (*performance*), planejamento de uma intervenção artístico-pedagógica, a própria intervenção, análise das falas dos/das professores(as) participantes da intervenção, dialogando com autores já citados nessa pesquisa. Propusemos, como material integrante artístico-pedagógico, a confecção de uma *performance*, desenvolvida e executada por mim, com o objetivo de fomentar o debate sobre as identidades de gêneros e orientações sexuais e para incluir suas

especificidades dentro das salas de aula, desta maneira, estimulando o diálogo com os/as estudantes, para que todos/as possam construir e desconstruir seus conceitos e preconceitos.

A *performance* “Corpos, gêneros e sexualidades na formação docente” se apresenta como material artístico-pedagógico na utilização junto aos professores(as) em processo de formação continuada, sendo a *performance* o material disparador de um diálogo com esse grupo de profissionais da educação, para que possam ser conduzidos a um debate saudável sobre a necessidade dessa reflexão, a fim de estabelecerem, juntos, didáticas viáveis na práxis pedagógica.

Esperamos, com a criação e fruição da *performance*, observar a construção histórica do movimento ligado a questões de gêneros e sexualidades, relatar experiências vividas em sala de aula, expor dificuldades sobre debater essa temática com a pessoa estudante, solicitar ajuda, buscar conhecimento e juntos encontrar caminhos pedagógicos, fomentando a discussão sobre as identidades de gêneros e orientações sexuais.

Na busca por refletir sobre a pergunta lançada, disparamos como objeto de análise um Plano de Intervenção Artístico-pedagógica² oferecido como proposta inicial de atividade ao CEMEPE - Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz, como proposição pedagógica de diálogo com o corpo docente de escolas públicas variadas e aleatórias do Município de Uberlândia-MG. A partir disso, nos momentos de formação continuada que acontecem em encontros presenciais, dialogamos, por meio de debates, em torno de uma prática formativa sobre corpos, gêneros e sexualidades, utilizando como ferramenta pedagógica a *performance* “Corpos, gêneros e sexualidades na formação docente”, criada e executada por mim durante o desenvolvimento dessa pesquisa. Assim, refletimos sobre as potencialidades e limites das proposições formativas para o redimensionamento de práticas de orientação sexual e identidade de gênero no contexto escolar sob a ótica dos professores e professoras participantes. A intervenção, inicialmente pensada para ser realizada no CEMEPE, acabou acontecendo em duas escolas municipais para melhor adequação da pesquisa.

² Apêndice 1.

Este trabalho está organizado em seções: na primeira seção, exponho minhas vivências como estudante gay e, atualmente, como professor gay na escola pública brasileira. Na seção dois, trago reflexões sobre o estudo de gênero, sexualidades e suas reverberações em diálogo com a professora doutora e artista Luciana Gruppelli Loponte (2015), a professora doutora e pesquisadora nos estudos de educação, gênero e sexualidades Guacira Lopes Louro (2018), as professoras doutoras e psicólogas Larissa Medeiros Marinho dos Santos e Gabriela Sousa de Melo Mieto (2015), com pesquisas sobre o desenvolvimento humano e psicologia escolar, e a professora doutora e historiadora Joan Scott (2019), além de autores importantes para nossa reflexão.

Na seção três, apresento os materiais e métodos utilizados para a realização desta pesquisa, incluindo a *performance* como material artístico-pedagógico disparador de diálogos. Ainda na seção três, temos uma reflexão sobre o conceito *performance* e como esse processo criativo e artístico pode ser utilizado na confecção de materiais pedagógicos no caso desta pesquisa e que serão corroborados pela doutora, escritora e pesquisadora teatral Josette Féral (2009) e a doutora em Arte e *performer* Leandra Duarte Lambert Soares (2020).

Na seção quatro, apresento o plano de execução para a intervenção artístico-pedagógica, construído como proposta de projeto pedagógico a ser realizado com professoras e professores da rede municipal, incluindo o tema, objetivo geral, objetivos específicos, apresentação, justificativa, intervenção metodológica, descrição da *performance*, público-alvo, espaço, duração e recursos/materiais didáticos. Na seção cinco, descrevemos a intervenção artístico-pedagógica nas escolas, a organização das sugestões levantadas pelos professores e professoras de atividades a serem desenvolvidas com os estudantes, finalizando com as considerações finais com as reflexões sobre o desenvolvimento e construção desta pesquisa, as referências bibliográficas, apêndice e anexos.

SEÇÃO 1 – MINHAS VIVÊNCIAS ENQUANTO ESTUDANTE E PROFESSOR GAY NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA

Aos quarenta anos de idade, ainda estou me reconhecendo enquanto estudante e professor gay, enquanto pessoa homossexual que *performa* corpos, gêneros e sexualidades em uma sociedade civil e educacional nos anos de 2023. É também neste momento que me aceito enquanto pessoa com TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade)³ e digo isso porque tal transtorno de aprendizagem impacta na minha vivência e condição de percepção do mundo.

Desde criança, brinquei com bonecas, jogava só com as meninas e sempre tive estereótipo do que se espera ao gênero feminino; por muitas vezes, ao andar na rua ou mesmo em casa, eu ouvia os seguintes dizeres: “vira homem, bixinha, viado, baitola, boiola, viadinho, delicado, diferente, um homem não age assim, isso não é coisa de homem”. Esses comentários me machucavam muito, ainda machucam, mas estou aprendendo a lidar com essa violência. Ainda criança, na pré-escola, os meninos faziam karatê, e as meninas, balé, e um dia eu chorei muito porque queria fazer aula de dança e a professora me perguntou se eu queria ser menina, porque só as meninas podiam fazer aula de balé.

Na escola, fui hostilizado e agredido verbalmente pelos e pelas estudantes sobre a minha condição de ser homossexual e, eventualmente, pelo silêncio de alguns professores e professoras que fingiam não ver nem ouvir o que estava acontecendo, mas, ao mesmo tempo, também tinha apoio educacional sobre minhas habilidades teatrais, realizava oficinas e montava espetáculos que eram apresentados para toda a escola e, também, em festivais na cidade. Sou brasiliense e fiz toda a minha educação básica em escola pública no Distrito Federal, na região administrativa de Taguatinga.

O lugar mais aterrorizante da escola era o corredor, pois era nesse espaço escolar que eu sofria as mais horríveis agressões na época; era um bombardeio de vozes me xingando de “viado, bicha, baitola, vira homem, vai dá o cu” e tantas outras expressões que permeiam a vida escolar de uma pessoa LGBTQIA+, porém, naquela época, eu não me reconhecia enquanto pessoa gay. No intervalo da escola,

³ A seguir temos dois sites que podem esclarecer sobre o TDAH e como esse transtorno afeta o processo cognitivo da pessoa em aprendizagem: <https://tdah.org.br/sobre-tdah/o-que-e-tdah/>, <https://bvsms.saude.gov.br/transtorno-do-deficit-de-atencao-com-hiperatividade-tdah/>. Acessado em 28/09/2023.

eu ficava o mais escondido possível, pois não queria ouvir aquelas palavras novamente, ainda mais em público, o que seria mais agressivo e humilhante (uma vez, no meio da multidão, durante o recreio, uns meninos me xingaram e passaram a mão na minha bunda, me senti impotente).

Durante um longo período na adolescência, eu me sentia extremamente incomodado com a sensação de que quando eu andava pelas ruas as pessoas me olhavam e me julgavam; na minha cabeça, elas diziam: “olha, lá vai a bixinha, olha lá o viado, a bixa, o baitola, o viado, a mulherzinha, o afeminado”. Essas palavras ecoam na minha cabeça até hoje, mas, naquela época, essas expressões na minha mente me faziam ficar cada vez mais isolado, e eu não queria sair na rua, não queria conviver com outras pessoas (principalmente meninos ou homens, porque estes me agrediam mais). Eu não gostava de ser visto ou notado, pois tinha vergonha e medo de ser como eu era, como eu sou.

Depois de um tempo, fiz parte de um grupo na igreja católica perto da minha casa e lá eu senti amor e acolhimento como não sentia em nenhum outro lugar, até porque, quando criança, meu pai já era alcóolatra e, apesar do amor que ele tinha por mim, ele sempre me chamava de baitola. Minha mãe era técnica de enfermagem na época e trabalhava para sustentar tudo. Ela não conversava comigo sobre minha sexualidade, mas sempre, sempre me apoiou em tudo que eu queria realizar. Também na adolescência eu já apresentava comportamentos de uma pessoa com TDAH, mas só pude perceber e ser diagnosticado já adulto, depois de ter feito minha primeira graduação, uma Licenciatura plena em Educação Artística com habilitação em Artes Cênicas.

Desde o ensino fundamental, demostrei interesse pelo teatro e, durante o ensino médio, realizei diversos cursos cênicos por Brasília, aplicando tudo que aprendia nas oficinas teatrais que eu ministrava na escola que estudava. Foi em um desses momentos que aconteceu algo diferente: uma das estudantes que participava nas oficinas me procurou para conversar sobre sua orientação sexual e como isso estava impactando na sua vivência em casa, então me percebi mais que um colega ou “professor” de teatro, pois ainda era estudante como todos ali. Foi nesse momento que me enxerguei como referência de pessoa gay, mesmo sem saber que eu era gay.

Já com os estudos básicos concluídos, pedi a minha mãe que eu ficasse dois anos sem estudar, e ela aceitou. Quando precisei escolher a faculdade e o curso, não

poderia ser outro que não o Teatro e a licenciatura. Perguntaram-me: “Por que você escolheu fazer teatro?”, e eu respondi: “O teatro me escolheu”.

Quando terminei a graduação, trabalhava com telemarketing, e, já assumido como homossexual, um namorado, na época, me falou para fazer o concurso para professor de contrato temporário no Distrito Federal, então eu fiz e passei. Às vésperas de começar o trabalho, me veio toda a lembrança das agressões e violências que vivi na escola e pensei: “Como vou travessar o corredor da escola?”. Eu fiquei com muito medo e, às vezes, ainda tenho medo. Hoje sou professor de artes, pedagogo, especialista em educação especial/inclusão e direitos humanos sobre a diversidade cultural. Com essas formações, encontrei uma maneira de ressignificar as violências que sofri por ser gay e devolver esses conhecimentos à sociedade civil e educacional de maneira artística, pedagógica e científica.

Neste atual momento, como mestrando de Artes, me percebo um pesquisador ávido por realizar diálogos que possam contribuir com e para o desenvolvimento pedagógico da pessoa estudante LGBTQIA+, além de realizar registros científicos, participação em palestras, seminários, publicação de escritos e tantas outras maneiras de contribuir com a educação do lugar de onde vivo e falo.

Nas escolas por onde passei, sempre existiram professoras que me procuravam para entender mais sobre sexualidade, então, com muito cuidado e carinho, falávamos sobre o assunto, e eu colocava reflexões que eram minhas considerações sobre o tema e o resultado do que eu já havia estudado, pesquisado ou vivido. Então, afirmo que ainda hoje, nos anos 2023, existem muitos preconceitos e ignorâncias sobre a condição e permanência da pessoa LGBTQIA+ nas escolas.

As dúvidas das professoras eram as mais variadas, como: Você é homem ou mulher? Você já ficou com mulheres? Você nasceu assim ou virou gay? Você quer ser mulher, colocar peito? E por aí eram as perguntas. Percebo que a sociedade ainda respira a existência apenas do Homem e da Mulher, ou você é uma coisa ou outra e, dependendo do gênero, você precisa corresponder aos padrões e expectativas que foram construídas para determinado gênero. Quando converso com as professoras – porque os professores não conversavam sobre sexualidade comigo –, inicio minha fala sobre o que seria a orientação sexual e a identidade de gênero; começamos por aí o assunto e vamos entrando nas outras camadas que permeiam essa temática.

Dessa maneira, observo que existem docentes que querem aprender mais sobre as sexualidades, os corpos, os gêneros, porém preferem recorrer a alguma conversa informal na sala dos professores ou apenas silenciar e repreender a pessoa estudante quando algo acontece. Sobre minhas vivências mais recentes em Uberlândia, presenciei alguns momentos delicados na escola de ensino fundamental, nas séries iniciais e educação infantil em que trabalhei, ao levar as crianças para o banheiro. Nós dividíamos meninos e meninas em duas filas, e, ao chegar no banheiro, todos podiam entrar juntos e utilizar o espaço, então eu me perguntava: “Por que a distinção dos gêneros com as filas separadas?”. Quando tivemos uma reunião pedagógica na qual 98% das pessoas eram professoras, eu questioneei a separação dos meninos e meninas para irem ao banheiro se quando chegavam lá podiam entrar juntos. Então, a analista pedagógica falou para que todos ouvissem “é melhor deixar isso quieto”, e todos permaneceram em silêncio e seguiram com a reunião, demonstrando desconforto com o assunto.

Na escola municipal Professora Cecy Cardoso Porfírio, de ensino fundamental, séries iniciais e finais, no município de Uberlândia, onde trabalho no período matutino, certa vez, um professor recriminou o comportamento de um estudante gay que estava com as unhas pintadas em sala de aula, dizendo que aquela atitude não era correta pelo fato de o estudante ser homem e que quem pinta unhas é mulher. Outro professor que é gay soube do ocorrido e, em atitude solidária, passou a frequentar a escola também com as unhas pintadas. Trata-se de comportamentos particulares e isolados, pois essa escola se mostra receptiva sobre o diálogo voltado para as sexualidades, inclusive temos pessoas estudantes transexuais que recebem o apoio burocrático e administrativo de que precisam, e sempre que vou conversar com alguma pessoa da gestão pedagógica sou bem recebido e não me sinto afrontado quando dialogo sobre esta temática.

Tomando como referência a atitude do professor que repreendeu a pessoa estudante sobre a utilização das unhas pintadas e demais silenciamentos ou reafirmações não heteronormativas que acontecem no ambiente escolar, percebo que esta pesquisa sobre corpos, gêneros e sexualidades nas escolas é necessária, mas com objetivo de intervir artística e pedagogicamente na formação continuada dos professores e das professoras das escolas públicas de Uberlândia. Como parte desta pesquisa, pretendo realizar uma intervenção artístico-pedagógica nas escolas, para ter um momento de diálogo com os/as docentes, utilizando como disparador de

debate uma *performance* comigo performando sobre as nuances dos corpos, gêneros e sexualidades. Pensando nisso, escrevi um projeto pedagógico e submeti ao CEMEPE – Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz, que é o espaço de formação continuada aos docentes em Uberlândia.

Em umas das minhas idas ao CEMEPE para formações continuadas, passei na sala da responsável pela liberação da minha intervenção artístico-pedagógica e perguntei se tinha dado certo ou se existia alguma dúvida sobre minha pesquisa, e, para a minha surpresa, a pessoa responsável por receber as propostas de cursos e formações para professores municipais, ao olhar o título da minha pesquisa, “CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES NA FORMAÇÃO DOCENTE: uma intervenção artístico-pedagógica em escolas de Uberlândia” expressou a seguinte fala: “Vixe, esse negócio de gênero é complicado, pode dar processo”. Como era de meu interesse a realização da formação continuada, não intervi, mas fiquei pensativo com tal comportamento vindo de uma profissional da educação que recebe as propostas para cursos de formação. Além disso, refletindo sobre o que aconteceu, tive a certeza de que estou no caminho certo.

Depois de um tempo, recebi um e-mail dizendo que minha pesquisa era muito interessante, mas que não teria espaço na formação continuada “oficial” daquele ano, porém o CEMEPE disponibilizaria o espaço e divulgação para realizar minha intervenção em seu espaço físico. Entretanto, em conversa com minha orientadora e banca de qualificação, decidimos realizar a intervenção artístico-pedagógica em uma escola, especificamente na escola onde atuo como professor efetivo da rede municipal.

Esses e outros comportamentos que vivencio reafirmam a necessidade de realizar uma pesquisa sobre esta temática no âmbito escolar, na tentativa de estabelecer processos pedagógicos mais harmônicos e respeitosos sobre a diversidade pulsante nas escolas.

SEÇÃO 2 – REFLEXÕES SOBRE O ESTUDO DE GÊNERO, SEXUALIDADES E SUAS REVERBERAÇÕES

Brasil, ano 2023, século XXI, a população sobrevivendo às sequelas da pandemia da COVID-19. Ainda estamos em uma sociedade machista, heteronormativa, xenofóbica e patriarcal. Assim, seguimos nossa transformação social, tentando ressignificar conceitos, normas e comportamentos. Grupos sociais que não se encaixam aos “padrões” impostos pela sociedade atual são hostilizados e silenciados por muito tempo, e as mulheres, os gays, as lésbicas, os/as transgeneros, as travestis e os negros foram silenciadas(os) por suas condições de vida e permanência social.

O estudo de gênero se inicia com os olhos voltados sobre a condição da mulher (gênero feminino) na sociedade, partindo de uma perspectiva binária homem/mulher. Esse estudo nos apresenta dois grandes momentos de lutas sociais feministas que influenciaram o comportamento da humanidade diante da performatividade desse gênero. Atravessando a passagem do século XX, as mulheres tiveram grande visibilidade ao lutarem pelo direito ao voto, conhecido como “sufragismo”, movimento esse liderado em sua maioria por mulheres brancas e de classe média. Em meados de 1960, temos outra grande movimentação feminista, quando as mulheres procuravam debater e problematizar o próprio conceito de gênero, movimento este que gerou repercussão em jornais, artigos, livros e meios acadêmicos, expandindo, assim, as reflexões.

Joan Scott (2019, p. 1), especialista na história do movimento operário no século XIX e do feminismo na França, traz a seguinte informação em seu texto “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”: o termo “gênero” é sinônimo de “mulheres” e que muitos artigos e livros durante os últimos anos começaram a substituir em seus títulos o termo “mulheres” pelo termo “gênero”, e completa: “o ‘gênero’ inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica. Este uso do ‘gênero’ é um aspecto que a gente poderia chamar de procura de uma legitimidade acadêmica pelos estudos feministas nos anos 1980”.

Para entender as discussões em sexualidades, precisamos compreender sobre o movimento feminista e suas reverberações nas temáticas das sexualidades, pois, como discutido por Scott, o termo gênero foi utilizado para substituir o termo

mulher, esta e, durante muito tempo, não era considerada como cidadã em seus direitos econômicos, políticos, educacionais e científicos. O movimento feminista mais voltado às participações acadêmicas começou a perceber que os artigos e produções científicas que tinham em seu título a palavra “mulher” ou “mulheres” sofria boicote e cancelamento por parte de quem estava no poder das decisões para a divulgação de suas pesquisas, então iniciaram um movimento de substituição da palavra “mulher” por “gênero” para, assim, fazer com que suas produções pudessem ser aprovadas e publicadas, essa substituição foi gradual ao longo do tempo social e histórico.

Scott (2019) ainda problematiza o termo “gênero” como substituto de “mulheres”, pois é igualmente utilizado para inferir que as informações sobre o estudo histórico das mulheres são, necessariamente, informações sobre os homens, em que um implica no estudo do outro, demonstrando ainda o homem como o centro do poder sobre as construções dos comportamentos humanos, “o gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as ‘construções sociais’, a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres [...] o gênero é segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (p. 6).

De acordo com Scott, as historiadoras feministas construíram três fatores para as abordagens utilizadas nas análises do estudo de gênero. A primeira são as teorias patriarcais que tentam explicar as origens do patriarcado; a segunda são as feministas marxistas que procuram o compromisso com as críticas feministas; e a terceira é construída entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas na tentativa de explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. “A história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre o masculino e o feminino, nos seus contextos específicos é uma tentativa de reverter ou deslocar seus funcionamentos” (p. 11).

Para Joan Scott, o gênero tem duas partes e várias subpartes que serão aqui descritas como elementos. Na primeira parte, “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e, na, segunda parte “o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (p. 21).

Dentro das subpartes, temos o primeiro elemento que é a discussão dos símbolos culturalmente disponíveis que evocam a construção da mulher com

representações frequentemente contraditórias em relação a homem *versus* mulher, por exemplo: força bruta x fragilidade, raiva x calma, agressividade x passividade. O segundo elemento discute sobre os conceitos normativos que colocam em evidência interpretações dos símbolos que tentam limitar e conter as construções sobre os comportamentos organizados e pré-definidos para mulheres e homens, pensando que a oposição que emerge como dominante é, apesar de tudo, declarada como a única possível. O terceiro elemento faz uma reflexão sobre a fixação dos comportamentos pré-estabelecidos aos gêneros e propõe rediscutir as representações binárias e incluir uma noção do político, do econômico e do social. O quarto elemento é o aspecto do gênero como identidade subjetiva.

Com essa reflexão, Scott propõe um meio de decodificar o sentido de compreensão das relações complexas entre as diferentes maneiras de interação humana, solicitando novos tipos de símbolos culturais que possam tornar possível a reinterpretação ou mesmo a reescrita da história e inclui que são os processos políticos que vão determinar o resultado de quem vencerá, político no sentido de que existem vários integrantes nesse processo para a ressignificação de símbolos e conceitos que se enfrentaram para conseguir o controle.

No Brasil, a escritora e crítica cultural Heloísa Buarque de Hollanda (2019) foi a organizadora da coletânea *Pensamento Feminista Brasileiro, formação e contexto*, livro que traz algumas reflexões importantes sobre os estudos feministas no Brasil e um panorama nacional informando que, em nosso país, os estudos feministas, entre os anos de 1960-70, eram chamados de “grupos de reflexão” e tinham, como motivações, a conscientização e a discussão estratégica sobre o reconhecimento da condição das mulheres na sociedade e que esses grupos aconteciam durante o final da ditadura militar.

Assim como nos países europeus, no Brasil, o movimento feminista também se ramificou nas pesquisas acadêmicas, principalmente nas ciências sociais, artes e letras, mas esse movimento não ocorreu de maneira fácil de acordo com a autora. Em 1975, um seminário da Associação Brasileira de Imprensa se destacou como um marco no pioneirismo dos trabalhos acadêmicos sobre mulher no Brasil, fortemente discutidos, com o compromisso de enfrentamento à ditadura e às desigualdades sociais.

Hollanda lembra que uma personalidade importante na construção da discussão feminista no Brasil foi Rose Marie Muraro, que defendia a inclusão das

mulheres das camadas mais pobres e que o discurso afinasse com a luta contra o Estado. Muraro encaminhou suas construções mais para os caminhos sociais do que acadêmicos, desenvolveu importantes pesquisas sobre a sexualidade e uma militância editorial feminista forte, estando à frente de editoras importantes na divulgação de trabalhos femininos e de mulheres.

Os estudos sobre sexualidade geralmente eram debatidos fora dos “grupos de reflexão”, mas, em 1981, o *Grupo Ceres*, além de debater os assuntos mais sociais e feministas, também se debruçava nas reflexões sobre a sexualidade, chegando a publicar um livro pela editora brasileira, *Espelho de Vênus*, no qual dialogavam sobre as mulheres em suas diferentes origens e gerações e a conscientização de seus corpos e sexualidade. As temáticas sobre homossexualidade e prostituição eram tratadas com a rubrica de “comportamento desviante” e “desvio social” no âmbito da sociologia e antropologia.

Em 1977, a Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, foi responsável pelo lançamento do programa de dotações para pesquisa de e para mulheres e relações de gênero. De acordo com Hollanda, “o impacto decisivo desse programa vem sendo analisado em vários estudos, com destaque para ‘Estudos de gênero: a construção de um novo campo de pesquisas no país’, de Bila Sorj, e o estudo de Albertina Costa, Carmem Barroso e Cynthia Sarti, ‘Pesquisa sobre mulheres no Brasil: do limbo ao gueto?’ que integra essa coletânea”.

Desde então, as pesquisas e debates, tanto acadêmicos, sociais, educacionais, de saúde e tantas outras vertentes, têm se mostrado perseverantes e resistentes nas reflexões sociais mais calorosas. Hollanda ainda contribui nos informando que, entre os anos 1990–2000, os estudos feministas vão ganhando espaços em terrenos disciplinares, mas com certa resistência. Na verdade, já na metade do século XX, o ativismo é estimulado entre as novas gerações com a utilização da internet e dos movimentos de rua. Nas universidades, aumentam os coletivos de mulheres que discutem o machismo no campo acadêmico com seus artigos, dissertações e teses, agora não mais restritos aos campos da sociologia, antropologia e letras, ganhando espaço em diversos campos e áreas de estudos.

Atualmente, nos anos 2023, podemos encontrar, com mais frequência,

pesquisas que envolvam as discussões decoloniais, teoria *Queer*⁴, estudos de gêneros, agora com a palavra no plural, inferindo-se as várias maneiras de se *performar* e vivenciar os gêneros, remontando a noção binária do gênero, que inclui as construções ou a reconfiguração biológica dos sexos. Todos esses debates estão ganhando espaço dentro das universidades e em pesquisas científicas, apontando um novo repensar sobre as estruturas até aqui organizadas. Esta pesquisa é mais um exemplo de como o campo dos estudos de gênero e sexualidades estão se expandindo dentro da academia.

A seguir, proponho um diálogo com movimentos artísticos brasileiros, documentos e práticas educacionais que estabelecem conexões com as representações sobre o estudo de gêneros e sexualidades.

No texto “Artes visuais, feminismos e educação no Brasil: a invisibilidade de um discurso”, a autora Luciana Gruppelli Loponte (2015), professora doutora em educação pela Universidade Federal do Rio Grande de Sul, nos traz uma indagação: onde estão as mulheres artistas? E eu pergunto: onde estão as diferentes minorias? Como os homossexuais, por exemplo. O que essas minorias sociais têm produzido dentro da Arte e da Educação em nosso país? Problematizações se fazem necessárias até hoje na busca de respeito e valorização de grupos sociais que não são silenciosos, mas foram silenciados.

Loponte (2015, p. 147) reflete, em seu artigo sobre a necessidade do diálogo entre mulheres artistas (grupo social ainda marginalizado), reafirmando Mayayo (2003): o que se impõe nesse momento é a desconstrução radical das bases teóricas e metodológicas sobre as quais se assenta a disciplina Arte e o discurso histórico-artístico tradicional. Dessa maneira, precisamos ressignificar conceitos historicamente passados por meio de nossas heranças culturais e refletir como a organização social atual define quem está no centro das decisões e quem está na periferia delas.

Os estudos de gêneros em nosso país estão diretamente relacionados com movimentos feministas e suas reverberações dentro das proposições e reflexões que podemos estabelecer com este levantamento sobre o estudo de gênero. Por vivermos em uma sociedade ainda machista, as mulheres e suas produções artísticas

⁴ TEORIA QUEER - UMA POLÍTICA PÓS-IDENTITÁRIA PARA A EDUCAÇÃO. Guacira Lopes Louro. <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkt9BXvLXvTvHMr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2024.

ficaram silenciadas por muito tempo, sendo, assim, anuladas do conhecimento de suas próprias produções artísticas, até mesmo entre as próprias mulheres.

Estudos sobre sexualidades, em geral, estão apartados da sala de aula, tendo apenas os Parâmetros Curriculares Nacionais como documento pedagógico norteador sobre temas transversais que inclui a temática da sexualidade, já que na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento mais atual e vigente, a temática sobre sexualidade e gênero foi suprimida/silenciada, assim, ainda demonstrando o reflexo da sociedade cisheteronormativa que vivemos.

De acordo com reflexões até aqui suscitadas, reafirmo a necessidade de novas pesquisas acadêmicas e legislações curriculares sobre os estudos de corpos, gêneros e sexualidades e suas aplicabilidades em nossos repositórios universitários com diálogo mais aberto e receptivo sobre os processos artísticos e pedagógicos, voltando os olhos para a resignificação e emancipação de conceitos e práticas educativas e artísticas.

Na busca pela visibilidade da Arte confeccionada por mulheres, nos anos de 2006 e 2013, respectivamente, o Brasil recebeu duas grandes exposições que movimentaram o diálogo com obras feministas: a exposição *Manobras Radicais*, com curadoria de Paulo Herkenhoff e Heloisa Buarque de Holanda, que reuniu obras de mulheres artistas que produziram entre 1886 a 2005, e a exposição *Elles: mulheres artistas na Coleção do Centro Pompidou*, que se tratava de uma versão da exposição *elles@centrepompidou*, realizada no Museu de Arte Moderna do Centre Pompidou em Paris, de 2009 a 2010, em que era apresentado ao público o acervo feminino da instituição e teve como curadoras Cécile Bebray e Emma Lavigne. Esta última exposição teve também a colaboração de obras de artistas brasileiras.

Segundo Debray e Lavigne (apud LOPONTE, 2015), a exposição *Manobras Radicais* contribuiu para “des-alinhar” o “gênero”, desmontar o preconceito contra uma “arte feminina” e mostrar, por meio da multiplicação dos pontos de vista e das técnicas, que as artistas mulheres fizeram a história da arte do século XX tanto quanto os homens, dessa maneira reafirmando a importância da produção artística de mulheres sobre mulheres e para mulheres.

A reflexão criada pelas exposições suscita o pensamento para além das questões de gênero, visto que elas trazem reflexões sobre sexualidades, educação e arte. Coincidentemente, acabamos de viver o Governo brasileiro do ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro, que insistia em fomentar a disseminação do

ódio e da violência contra grupos antes marginalizados e foi responsável pelo corte de investimentos na área da pesquisa e educação em nosso país. Apesar disso, por meio de lutas e conquistas sociais, esses grupos têm se mostrado resistentes frente às necessidades dialógicas com a sociedade civil e educacional.

Em 2017, a exposição artística brasileira *Queermuseu—Cartografias da diferença na arte brasileira*, feita no Santander Cultural, na cidade de Porto Alegre-RS, sofreu inúmeras críticas e precisou ser cancelada devido a grupos conservadores e radicais acusarem a exposição de fazer apologia à pedofilia, zoofilia e vilipêndio religioso. De acordo com o professor de arte e historiador Rodrigo Retka⁵, a exposição *Queermuseu* reuniu 264 obras de 85 artistas dos quais podemos citar: Adriana Varejão, Lygia Clark, Alfredo Volpi, Cândido Portinari, Bia Leite e outros artistas da cena brasileira. O problema apontado diz respeito ao fato de as obras discutirem as temáticas sobre as sexualidades e suas reverberações mundo a fora.

A obra “Travesti da lambada e deusa das águas”, de 2013, com autoria de Bia Leite, “desmascara o preconceito e a homofobia por meio de uma iconografia da cultura pop”, diz o curador Gaudêncio Fidelis no texto explicativo do catálogo da obra. A pintura da artista foi criticada por promover “pedofilia”, segundo grupos de pessoas que atacavam a exposição, porém sua obra apenas discute a orientação sexual de crianças e lembra que, desde pequenas, já podem expor e viver suas condições sexuais e de orientação. Particularmente, posso dizer que depois de estudar sobre sexualidades e perceber suas manifestações, me identifico muito com essa obra, pois me considero uma “criança viada”, e, além disso, era com essa nomenclatura, “viado”, que eu era violentado pelos colegas da escola, mesmo sem ainda me assumir ou entender o que isso significaria.

No Parque Lage, em 2018, ano seguinte ao cancelamento da exposição no Santander Cultural, a exposição reabre as portas na cidade do Rio de Janeiro. Depois de uma campanha financeira que mobilizou 1678 participantes e arrecadou mais de 1 milhão de reais, a exposição *Queermuseu — Cartografias da diferença na arte brasileira* volta a ser exposta ao público. Este movimento de financiamento particular demonstra a resistência de comunidades que discutem as sexualidades em

⁵ Rodrigo Retka criou um vídeo de visita à exposição *Queermuseu* que está disponibilizado em seu canal no Youtube “Arte de segunda” e pode ser visualizado em: https://www.youtube.com/watch?v=0_zfO9jK-Co. Acesso em: 29 set. 2023.

continuar dialogando com a sociedade sobre suas condições e permanências sociais, combatendo, dessa maneira, a intolerância e a violência praticada em 2017, em Porto Alegre, por grupos radicais de pessoas que não concordavam com a exposição e deturpavam as obras e suas leituras, criando uma confusão na cabeça das pessoas sobre as reais reflexões que estavam sendo trazidas com a exposição.

O curador da exposição Gaudêncio Fidelis, em entrevista ao canal Curta!⁶, relata sobre a proibição imposta pelo então prefeito do Rio de Janeiro na época, Marcelo Crivela, em uma clara violência contra a liberdade de expressão sobre obras artísticas brasileiras que dialogavam com as temáticas de corpos, gêneros e sexualidades. O curador também denuncia os ataques difamatórios que a exposição sofreu, principalmente a obra “Cena de Interior II”, da artista Adriana Varejão, ao ser descontextualizada e editada a fim de criar uma associação da obra à zoofilia.

Adriana Varejão, nesta obra, discute os comportamentos e mazelas da colonização do Brasil e das pessoas daquela época sobre suas práticas sexuais. “Ela mostra o avanço da pintura brasileira como manifestação crítica diante do processo de colonização do país. Trata-se de uma pintura que cobre um considerável território sobre confluência entre sexualidade e história, revirando (literalmente) as hierarquias de raça, influências, miscigenação”, explica o curador.

Historicamente, temos, em nosso processo de colonização, grande debate sobre como foram sendo estabelecidas as relações e comportamentos sexuais e de gênero em nossa sociedade que se refletem até os dias de hoje. Dentro da escola não é diferente, vivemos uma perpetuação de como fomos construídos em nossos pensamentos e crenças sobre como *performar* gêneros e sexualidades.

De acordo com Yuval Noah Harari (2018, p. 155), professor doutor em história na Universidade Hebraica de Jerusalém, em seu *best-seller Uma breve história sobre a humanidade – Sapiens*, culturalmente se proíbe apenas o que não é natural; mas, sob uma perspectiva biológica, não existe nada que não seja natural, e, se existe, é porque é natural, então tudo que é possível é, por definição, também natural. Dessa maneira, Harari afirma que os conceitos de “natural” e “não natural” não são tirados da biologia, mas da teologia cristã, que utiliza esse argumento para justificar as construções sociais sobre gêneros.

Ainda sobre as reflexões biológicas e culturais, Harari (2018, p. 157)

⁶ Entrevista disponibilizada em: <<https://www.youtube.com/watch?v=yaU3mfnfKX8>>. Acesso em: 29 set. 2023.

completa dizendo que “ser homem” não é apenas por uma característica de cromossomos XY, testículos e muita testosterona, “mas sim por se enquadrar em um compartimento específico da ordem humana imaginada da qual faz parte, de acordo com os papéis designados por seus mitos culturais. Da mesma forma pensa-se sobre a mulher, que não se caracteriza mulher apenas pelo cromossomo XX, mas por suas atribuições sociais, também idealizadas pela sociedade”. Harari relata ainda que os estudiosos costumam diferenciar “sexo” como uma categoria biológica e “gênero” como sendo uma categoria cultural.

Partindo para uma reflexão sobre as desigualdades de gêneros, Louro (2018, p. 26) diz que a justificativa para essas diferenças não devem se pautar nas questões biológicas e sim nos arranjos sociais, na história e nas condições de acesso aos recursos da sociedade, nas formas de representação. A pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da *identidade dos sujeitos*. E essas identidades, de acordo com estudos feministas e estudos culturais, devem ser entendidas como identidades múltiplas e plurais, identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias.

Não existe um momento certo, seja o nascimento, a adolescência ou a fase adulta, em que se fixe a consciência da identidade de gênero e da orientação sexual da pessoa, mas a compreensão de si mesmo enquanto pessoa de maneira gradual. As identidades estão sempre se construindo; elas são instáveis e, portanto, passíveis de transformação e ressignificação.

Louro (2018) reflete sobre uma fala de Judith Butler, filósofa expoente nas discussões e construções sobre gênero e feminismo, quando diz que a formulação do pensamento social está condicionada a entendermos gênero e as sexualidades, em especial a homossexualidade, por um viés ou matriz heterossexual. Logo, pensamos sobre a homossexualidade com cabeça de heterossexual? Nesse sentido, Louro (2018, p. 33), traz uma reflexão de Butler, que afirma ser “crucial manter um aparato teórico que leve em consideração o modo como a sexualidade é regulada através do policiamento e da censura do gênero”.

Refletindo com Louro e Butler, penso que teorias e práticas pedagógicas precisam ser revisitadas constantemente e ressignificadas de acordo com as necessidades dos atores educacionais. Para isso, é necessário desenvolver novas metodologias de ensino na formação de docentes e discentes e contextualizar, transformando a prática da sala de aula, tornando professores e professoras aptos e

aptas no encaminhamento do trabalho com a diversidade em sala. Evidentemente, encontrar caminhos e descobertas na orientação com a pessoa estudante não é função apenas do professor e da professora, mas esses representantes do saber têm papel relevante na formação do “eu” na pessoa estudante, já que o professor e a professora são referências de comportamento e atitudes, e a pessoa estudante clama por uma representatividade na escola, na sala de aula.

A busca pela compreensão sobre as formas de abordar esse tema na escola pode contribuir para que o/a docente possa desenvolver suas atividades em sala de aula, visando ao crescimento da pessoa estudante de forma mais integrada e pluridisciplinar, respeitando os temas transversais sugeridos pelas orientações educacionais em suas diversidades, incorporadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais: “as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde e da Orientação Sexual”. (BRASIL, 1997, p.14).

De mais a mais, é também na escola que nós formamos cidadãos, é onde encontramos limites, regras e comportamentos sociais pertinentes em nossa formação pessoal enquanto seres humanos, direta ou indiretamente; por isso, todo discurso sobre sexualidades, gêneros e política dos corpos precisa ser praticado e contextualizado na esperança de caminhos mais respeitosos sobre as condições artísticas, sociais, educacionais e humanas.

Sabe-se que o grande desenvolvimento social acontecerá dentro da sala de aula, com uma educação de qualidade. Em razão disso, esta pesquisa ganha força na oxigenação do pensar sobre a resignificação de conceitos preconcebidos e reproduzidos de forma violenta e silenciosa contra seus integrantes. A segregação de grupos sociais que se tornam maioria socialmente marginalizada contribui para o empobrecimento social e humano de um grupo social, sendo este desvalorizado e diminuído perante sua condição humana e em seus direitos pedagógicos.

Nesse contexto, a análise sobre a promoção de um diálogo voltado às questões de corpos, gêneros e sexualidades nas salas de aulas trará benefícios para a área educacional, pois, como esse tema não é reconhecido e representado nos livros didáticos brasileiros, os docentes e as docentes, em muitos casos, optam pelo silêncio ao se depararem com essa realidade. Dessa maneira, podemos verificar no projeto “Qual a diversidade sexual dos livros didáticos brasileiros?” (BRASIL, 2007), por exemplo, que existe um silenciamento como forma de preconceito na temática de orientação sexual homossexual e identidades de gêneros nesses estudos

realizados com estudantes nos livros didáticos se remeterem apenas às questões fisiológicas do corpo.

Esse projeto fez um levantamento para verificar como a diversidade sexual é tratada nos livros didáticos e em dicionários brasileiros. Esse levantamento foi realizado entre 2007 e 2008, com financiamento do Ministério da Saúde, Programa Nacional de DST e AIDS, Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, 50 Homofobia e Educação e do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, além de apoio das Universidades de Brasília, Bahia, São Paulo e Rio Grande do Sul⁷.

A sexualidade é o aspecto mais conflituoso, controverso e desconhecido do ser humano. A nossa cultura lida mal com esse importante aspecto da vida e, para agravar, cria modelos estanques nos quais pretende encaixar e classificar as pessoas. Esses moldes, muitos dos quais baseados apenas no preconceito e na falta de informação, não nos permitem que sejamos exatamente aquilo que somos ou que poderíamos ser. (COSTA, 1994, p. 2).

O silêncio e a negação sobre a discussão da orientação sexual nos livros didáticos e nas escolas contribuem para a violência contra estudantes que se identificam em uma situação não cisheteronormativa e podem incitar o ódio e a intransigência das pessoas estudantes heterossexuais perante essa diversidade, uma vez que lhes é colocado, em diferentes níveis educacionais e sociais, que o que não é “normal” é tido como errado e deve ser punido, extirpado.

Não somente em relação à comunidade LGBTQIA+, mas também em âmbito social, cultural, econômico, civil e tantos outros, temos, no Brasil, uma política de guerra e violência contra qualquer diferença do padrão cisheteronormativo em sala de aula, e isso é reproduzido às pessoas estudantes quando ainda estão em seu período de formação educacional.

Para compreender melhor a orientação sexual e a identidade de gênero em suas especificidades, as relações dialógicas devem ser estabelecidas durante o processo de formação desse entendimento, devendo existir a atenção de não misturar opinião pessoal com necessidades ligadas ao respeito à diversidade em seus Direitos Humanos e de Educação. As construções sociais voltadas à identidade

⁷ Na avaliação da doutora em psicologia Tatiana Lionço, que coordenou a pesquisa, o dado mais preocupante é a ausência do debate. “Verificamos o silêncio sobre a diversidade sexual e a naturalização da heterossexualidade, mas não há homofobia”, explica. Quanto aos dicionários, a pesquisadora destaca termos pejorativos, que num sentido mais amplo de interpretação podem ser considerados homofóbicos. Disponível em:

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/41458/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y.>>Acesso em: 06 maio 2023.

de gêneros promovem a descentralização da relação heterossexual, como sendo esta a condição social ‘normal’ padrão a ser adotada, assim como afirmam Bento, Neto e Agnaleti:

Discorrendo sobre a questão de gênero a partir da heteronormatividade, Bento afirma que: A visão que define gênero como algo que as sociedades criam para significar as diferenças dos corpos sexualizados assentasse em uma dicotomia entre sexos (natureza) versus gênero (cultura). Uma das formas de se reproduzir a heterossexualidade consiste em cultivar os corpos em sexos diferentes, como aparências ‘naturais’ e disposições heterossexuais naturais. A heterossexualidade constitui-se em uma matriz que conferirá sentido às diferenças entre os sexos. (BENTO, 2006 apud NETO; AGNALETI, s/d, p. 5).

Quando a orientação sexual é voltada para a atração/desejo pela mesma sexualidade, consideramo-la homossexualidade; quando a atração/desejo se volta para a sexualidade oposta à identidade de gênero, consideramo-la heterossexualidade; e quando a atração/desejo se volta para as duas sexualidades, consideramos bissexualidade – pensamento estabelecido sobre uma perspectiva de sexualidade binária homem/mulher. Esses entendimentos precisam ser normalizados e compreendidos pelos professores e professoras, a fim de fomentar as relações LGBTQIA+ entre os/as discentes e promover uma cultura de tolerância e respeito nas escolas.

O mais importante é compreendermos que não se trata nem de uma essência – de algo que já nasce com a gente -, nem de uma opção – de uma escolha consciente e deliberada - mas apenas de um atributo, um pequeno traço que compõe um todo muito maior, que é um ser humano, com toda a imprevisibilidade de seus desejos. Não há nenhuma diferença intrínseca, mas, pelo contrário, é um elemento, com a cor dos olhos ou o formato do nariz. (BRASIL, 2004, n/p).

Souza Jr. (2000, p. 183) considera que enfrentaremos e sempre travaremos uma luta em relação à formação educacional da sociedade local, em que são colocados os valores humanos em xeque e de que forma eles são encarados, garantindo assim uma eficácia nos processos de luta pela dignidade, pois essa construção é coletiva e, afinal, precisa ser tratada desde cedo por nós. Para o autor, “os direitos humanos são lutas sociais concretas da experiência de humanização. Elas são, em síntese, o ensaio de positividade da liberdade conscientizada e conquistada no processo de criação das sociedades, na trajetória emancipatória do homem”, e nesse pensamento também se entendem as questões educacionais.

A identificação pelo gênero sexual está relacionada às construções

históricas, culturais e sociais ao longo da evolução humana, assim como afirma Ribeiro (2012, p.451): “o gênero é uma construção erigida sobre crenças, normas, hábitos, valores, práticas e atitudes, onde a diferença biológica entre homens e mulheres é hierarquizada, sendo-lhe atribuído um significado cultural”, portanto não é uma questão de escolha e sim de condição e construção social.

Entretanto, para tal despojamento de preconceitos, é necessário que a formação dos professores e das professoras seja pensada sobre o viés do respeito à diversidade e dos Direitos Humanos e pedagógicos à comunidade LGBTQIA+, acontecendo em cursos de formação continuada, programas de pós-graduações, nas graduações e até nas reformulações do currículo escolar. Isso deve acontecer de tal modo que professores e professoras possam se sentir mais preparados e preparadas para desenvolver este trabalho temático e contribuir com uma educação de qualidade nas escolas.

A tolerância e o respeito por meio do diálogo podem ser um caminho para tratar as situações de preconceitos à diversidade, devendo esta fazer parte das ações e das relações dialógicas e pedagógicas estabelecidas entre os/as profissionais da educação e das áreas de formação social, discutindo, assim, a importância da temática para compreensão da proposta da intervenção artística pedagógica.

SEÇÃO 3 - A *PERFORMANCE* COMO MATERIAL ARTÍSTICO-PEDAGÓGICO DISPARADOR DE DIÁLOGOS

As palavras têm poder e as narrativas bem construídas tem ainda mais poder: não parece sensato abrir mão de narrativas potentes, de recursos da ficção e da arte (LAMBERT, 2020, p. 61).

Com esse pensamento de Lambert inicio esta seção. Quantas vezes nós professores e professoras ouvimos agressões verbais entre as pessoas estudantes? Quantas vezes percebemos comportamentos repetidos de violências entre discentes? Na maioria das vezes, executamos ações sem pensar, repetimos palavras sem pensar, perpetuamos atitudes sem pensar. Outrora comportamentos tidos como “normais” entre estudantes, hoje, ganham nova oxigenação no pensar e reflexão sobre as reverberações desses comportamentos.

As atitudes agressivas contra estudantes LGBTQIA+ são entendidas como intimidação sistemática e de acordo com a Lei 7.716/89⁸ são caracterizadas como crime, o que antes eram “brincadeiras” atualmente precisam e devem ser encaradas como violências, crimes e agressões contra a pessoa estudante não heteronormativa, assim, tornando-se um dos grandes desafios encontrados pelos/as docentes atualmente dentro das salas de aula. Não só as palavras têm poder, mas a narrativa bem construída também tem; elas sensibilizam as pessoas, afetam, reverberam, causam reflexões e estranhamentos.

Como proposta do material pedagógico para esta pesquisa realizei também a *performance* “Corpos, gêneros e sexualidades na formação docente”, que segue como parte integrante da intervenção artístico-pedagógica para auxiliar na formação de professores e professoras da rede regular dos anos iniciais do ensino fundamental, na busca por compreensão e acolhimento de estudantes não heterossexuais em seu desenvolvimento pedagógico dentro da sala de aula.

Diante da constituição das relações de poder entre gêneros, a escola se torna um espaço opressor na relação dos/das estudantes não heterossexuais. Digo isso pensando na construção social de gêneros binários, na qual o homem dominante *versus* a mulher dominada é perpetuado. Essa compreensão de comportamento machista ainda está enraizada em nossa cultura brasileira.

⁸ <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/campanhas-e-produtos/direito-facil/edicao-semanal/homofobia-pode-ser-enquadrada-como-crime-de-racismo>

De acordo com Louro (2018, p. 42), as relações de poder pensadas por Foucault (1987, p. 29) podem ser desorganizadas de suas concepções convencionais e exercidas em variadas direções, como se fossem uma rede constituída pela sociedade. Para Foucault, o poder deveria ser concebido mais como uma “estratégia” e não seria, portanto, um “privilégio” de alguém que possui e transmite a alguém que se apropria – nesse caso específico, as relações de poder entre gêneros binários.

Refletindo ainda com Louro e Foucault sobre as relações entre gêneros, as orientações homossexuais e as identidades transexuais são aproximadas do gênero feminino em que se apresentam de forma subjugada ao gênero masculino ou suas construções culturais de comportamento, “assim, aqueles homens que se afastam da forma de masculinidade hegemônica são considerados *diferentes*, são representados como *o outro é*, usualmente, experimentam práticas de discriminação ou subordinação” (LOURO, 2018, p. 52).

Homens e mulheres certamente não são construídos apenas através de mecanismos de repressão ou censura, eles e elas se fazem, também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e estar no mundo, formas de falar e agir, condutas e posturas apropriadas (e, usualmente diversas). Os gêneros se produzem, portanto, nas e pelas relações de poder. (LOURO, 2018, p. 44).

Pensando ainda sobre as relações de poder e as relações sociais que estabelecemos todos os dias dentro da sala de aula, corroboro a ideia de uma visão mais ampla e descentralizada desse comportamento, de fazer parte da construção com a pessoa estudante uma percepção de identidade e orientação sexual múltipla e transitória, ressignificar com o professor e a professora os conceitos e preconceitos estabelecidos socialmente dentro da escola, dialogar com o grupo possibilidades de respeito e compreensão das desigualdades culturais presentes no cotidiano escolar.

A fim de criar novas proposições pedagógicas para o professor e a professora, as produções artísticas colaboram para a “elaboração de narrativas alternativas que se oponham às farsas paralisantes, que possam criar um efeito de choque de realidade em oposição ao espetáculo, em que o impacto de verdades inconvenientes possa acordar do transe preguiçoso das historinhas simples e cômodas” (LAMBERT, 2020, p. 60).

A Arte é política, precisa ser política, necessita dialogar com as questões

sociais e educacionais na elaboração de novas perspectivas e metodologias escolares que contextualizem as vivências em sala de aula a partir da observação das demandas da pessoa estudante. É preciso refletir sobre os processos artísticos e as denúncias que são demonstradas com os fazeres artísticos, dar visibilidade à pessoa estudante que sofre silenciosamente quando é acometida pela intimidação sistemática dentro do ambiente escolar.

Proponho, assim, como parte integrante desta proposta de intervenção artístico-pedagógica a *performance* “Corpos, gêneros e sexualidades na formação docente”, ação artística interventiva no campo das artes do corpo e da educação para disparar temas e discussões sociais, que incluam as temáticas da transversalidade orientados pelos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs. Nesse caderno orientador da Educação Básica brasileira, temos “as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde e da Orientação Sexual” (BRASIL, 1997, p. 14), e, nesse caso, chamo a atenção para a construção de novos olhares sobre a temática da orientação sexual e identidades de gêneros.

Aqui, procuro explicitar melhor minha compreensão sobre a noção de *performance* como sendo uma parte da metodologia adotada na construção do material artístico-pedagógico, definida como a “ação” e *performance studies*, que seriam os “estudos dessas ações”, do processo de construção para a ação, que explorassem o comportamento humano, a prática artística, a pesquisa de campo e o comprometimento social com a ação performática. No entanto, precisamos pensar sobre a resignificação dos campos exploratórios e observar que a *performance* não se limita apenas às ações, mas também está aberta ao diálogo com diversas manifestações artísticas, sociais, educacionais, antropológicas, fenomenológicas e tantos outros caminhos que atravessam o fazer artístico.

Pensando sobre o estudo de como é construído o fazer performático, temos significativas reflexões acerca do jogo e do ritual, processos indispensáveis para o fazer performático. Féral (2009, p. 57) evidencia, de acordo com falas de Victor Turner, “que a maior parte das noções de jogo implica em princípios de descontração, liberdade e divertimento”. Por vezes, associamos o divertimento aos jogos e pensamos em ritual como ações rígidas e imbuídas de carga dramática densa, mas precisamos relativizar e entender quais diálogos são estabelecidos na construção de determinados jogos ou rituais.

Podemos ter jogos rígidos e rituais divertidos, ambos atravessados um pelo

outro no comprometimento dos atores envolvidos na experiência: “o ritual integra, portanto, desse modo, a noção de jogo, um jogo concebido como divertimento (‘surpresa e abertura’) ao qual se ajunta a eficácia séria, mas também com rigidez (do sentido)”, conforme afirma Féral (2009, p. 59).

Ainda sobre as reflexões de Féral (2009, p. 62), que retoma também o pensamento de Richard Schechner, *performar* é estabelecer certas ações, que são: a) ser, b) fazer, c) mostrar fazendo, e d) a explicação do fazer. Essa classificação se integra no fazer performático e na construção do estudo das ações, “às vezes separadas, às vezes combinados, jamais se excluem”, assim, demonstrando a integração que jogo e ritual podem estabelecer um com o outro, pois, mesmo tratando-se da *performance*, o ser, o fazer, o mostrar fazendo e explicar o que foi feito são características do *performance studies* e podem ou não ser analisados separadamente.

Schechner considera fundamental a noção de comportamento restaurado em seus estudos de *performance*. Quero chamar a atenção para a noção de repetição. Mesmo podendo ser considerada como imitação ou clone, as ações apresentadas em uma *performance*, mesmo quando repetidas, são únicas. As ações surgem como reprodução de si mesmas e a *performance* em sua relação gera outra *performance*, como um desdobramento de si. Nesse pensamento, precisamos refletir também sobre a recepção da *performance* e os comportamentos restaurados na sociedade, que, a meu ver, devem ser contextualizados no que se refere aos processos históricos e sociais vivenciados no momento das ações apresentadas e vivenciadas.

Ainda sobre a recepção, *performances* e/ou dramatizações apresentadas para o público podem ser encaradas como fatores educativos sociais. Enquanto educadores, temos, em sala de aula, um compromisso com o fazer pedagógico, e a *performance* pode e deve ser encarada como uma ferramenta metodológica de formação de novos públicos, novos olhares sensíveis e críticos ao trabalho artístico e pedagógico.

Preciso, ainda, trazer para o diálogo o pensamento de Féral quando este reflete sobre a filósofa Judith Butler, discorrendo sobre o comportamento restaurado ou comportamento codificado dentro do *queer studies*, o sexo e a raça de cada indivíduo. Segundo a autora, os comportamentos restaurados são o resultado de uma aprendizagem ou de uma construção imposta pela sociedade, como tradição cultural ou mesmo herança de comportamentos sociais que vamos recebendo e

reproduzindo ao longo de nossa vida. Talvez por isso, a *performance* “Corpos, gêneros e sexualidades na formação docente” seja uma ferramenta interessante para fomentar o diálogo dos comportamentos restaurados.

Para Butler a construção da identidade é um processo performativo, pois performamos em gêneros, identidades, comportamentos e ações. Essa performatividade pode e deve ser refletida, ressignificada, sempre no intuito de se encontrar e se reconhecer enquanto tal *performance*, enquanto indivíduo em si mesmo. Segundo Féral (2009, p. 82), “as diferentes formas que um corpo possui para mostrar ou reproduzir seu significado cultural são performativos, não há, portanto, nenhuma identidade preexistente segundo a qual possamos medir um ato ou atributo”.

Performar gêneros, identidades, sexualidades tem sido tarefa árdua em nossa sociedade do século XXI. Desde os estudos feministas e estudos culturais, que já observamos sobre a óptica de Louro (2018), algumas ações, pesquisas e transformações já foram ressignificadas enquanto pensamento e propostas pedagógicas e sociais, porém ainda temos um longo caminho para novas descobertas e proposições sobre o *performar* em gêneros. Aliás, para um convívio social saudável e harmônico, é necessário entender as reais necessidades das condições de existência social enquanto identidade e orientação sexual diferente dos padrões hegemônicos patriarcais heterocentristas.

A tomada de consciência de quem somos e como nos percebemos na realidade social e educacional são pontos fundamentais de construção do ser, que perpassa a vivência do período escolar. Nesse percurso, as interações escolares vão contribuir na formação do “eu” em relação ao “outro”, pois vivemos em sociedade e em contato com o outro em várias instâncias e momentos sociais. Dentro da escola, estudantes e professores estão em um fogo cruzado de sentimentos sobre direitos e deveres sociais, esquecendo-se, muitas vezes, do compromisso com a humanização no processo pedagógico.

De acordo com Féral (2009, p. 82) “desempenhar um gênero, uma raça ou qualquer outra construção de identidade cultural é também jogar com essa função, atuar, assim como jogamos em nosso ambiente cultural e social”. Nós, professores e professoras, não podemos fechar os olhos para essa diversidade de identidades e silenciar nossas ações pelo simples fato de uma aceitação cômoda e compactuar com as reverberações desse silenciamento. Precisamos, em nossos processos

pedagógicos e escolhas metodológicas, encontrar possibilidades de trabalho com a pessoa estudante não heterossexual/cisheterossexual, para oferecer um ensino de qualidade que respeite sua condição de vida.

Diante do contexto apresentado, surge a *performance* “Corpos, gêneros e sexualidades na formação docente”, obra performática que tem aproximadamente de dez a quinze minutos e traz a discussão de forma artística sobre a temática, apresentando referências visuais, como o uso de batom e esmalte vermelhos por um corpo aparentemente masculino.

Tal comportamento se mostra ainda totalmente desnaturalizado para os padrões sociais brasileiros dos anos 2023, e esse mesmo corpo, que se utiliza de objetos e cores femininas, veste roupa típica masculina, apresenta sua imagem e sai com marcas emocionais e psicológicas das violências que vive e viveu, manifestando, assim, explicitamente, um conflito de identidades e orientações sexuais, procurando fomentar reflexões e dialogar com docentes e discentes no anseio por novas metodologias, por intermédio das quais o professor e a professora possam conduzir, de forma mais humanizada, as especificidades sobre corpos, gêneros e sexualidades na sala de aula.

3.1 – Performance “Corpos, Gêneros e Sexualidades na Formação Docente”

A *performance* nasce como experimento artístico de uma atividade realizada na disciplina “A experiência artística e a prática do ensino das artes na escola (abordagem metodológica)” ministrada pelos professores doutores Ana Elvira Wuo e Gustavo Cunha de Araújo no Programa de Pós-graduação Mestrado Profissional em Artes, na Universidade Federal de Uberlândia, em 2022.

A proposta da *performance* traz referências de ações, espaços e temáticas vividas por mim enquanto estudante da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio em escolas públicas do Distrito Federal. Também trago reflexões e abertura provocativa ao diálogo enquanto professor da educação básica, pois percebo e vivencio, diariamente, a negligência do sistema educacional em discutir sobre identidade de gênero e orientação sexual entre as estudantes e os estudantes.

O pedido de socorro da pessoa estudante e os meus me fizeram criar essa *performance* como proposta de material metodológico, a fim de dialogar sobre a temática. A realização do mestrado profissional em Artes da Universidade Federal

de Uberlândia, cidade onde atualmente sou professor efetivo na rede Municipal de Educação, também é uma resposta ao que vivi e sofri dentro da escola pública brasileira por ser um estudante gay e ao lugar que eu ocupo atualmente como professor gay frente aos meus estudantes e minhas estudantes.

A *performance* “Corpos, gêneros e sexualidades na formação docente” inicia-se com a imagem do meu corpo em pé, vestido apenas com uma cueca e escrevendo sobre a pele palavras ofensivas (homofóbicas) que ouvia nos corredores da escola quando era estudante; durante esse processo, convido o público a também escrever suas palavras no meu corpo e, após a escrita, me afasto e coloco uma música: Nocturne Op. 9 No. 2, de Chopin. Em seguida, pego um batom vermelho e passo na boca, limpo os excessos e coloco o batom sobre uma mesa do meu lado direito; pego um esmalte vermelho e pinto as minhas unhas das mãos, assopro o esmalte para secar, coloco-o na mesa do meu lado direito. Ao fundo e à esquerda, há outra mesa com figurino masculino (calça jeans, camisa escura, botas marrons e meias pretas); caminho até essa mesa e, com o corpo de frente para o espectador, faço uma pausa, apresento meu corpo abrindo os braços com as palmas das mãos para frente. Então, visto uma calça jeans masculina, uma camisa masculina, meias masculinas, uma bota masculina. Numa pausa, apresento novamente meu corpo, respiro e vou embora de costas.

A *performance* acontece em um espaço público (o corredor entre salas de uma escola pública) lugar onde particularmente fui agredido verbalmente, psicologicamente, pedagogicamente e socialmente por ser um estudante gay. Por isso, eu trouxe a proposta de realização da *performance* nesse espaço específico, mas ela também pode ser realizada em demais espaços escolares.

O batom vermelho⁹ se tornou, ao longo dos séculos, um gesto político, de rebelião, de poder e de feminismo. Grupos religiosos na Idade Média condenavam o batom vermelho, dizendo que usá-lo desafiava a Deus e estava ligado ao pecado. Em 1770, o parlamento britânico legislou: mulheres que seduzissem homens para o casamento com pinturas de lábios poderiam ser acusadas de bruxaria, mas a grande notoriedade do batom vermelho aconteceu no início dos anos de 1900, quando

⁹ De acordo com os sites a seguir podemos observar um breve histórico sobre a utilização do batom vermelho como ato político e de resistência das mulheres: <https://cultura.uol.com.br/entretenimento/noticias/2021/04/06/772_historia-do-batom-vermelho.html. <https://www.maybelline.com.br/dicas-de-maquagem/batom-vermelho-saiba-sobre-esse-simbolo-de-poder-e-encontre-sua-cor-favorita>>. Acesso em: 29 set. 2023.

mulheres no movimento sufragista, que lutavam para extensão do voto a todos, utilizaram-no como símbolo político e de resistência.

Em 2023, não é comum encontrar um homem com batom vermelho nos lábios, a não ser que ele seja LGBTQIA+ ou que tenha comportamentos esperados ao gênero feminino. Assim, minha proposição ao utilizar o batom vermelho e o esmalte vermelho é justamente dialogar sobre as construções culturais que se esperam sobre os gêneros, visto que a utilização de signos femininos em um corpo visualmente masculino pode contribuir para o debate de identidade de gênero, orientação sexual e performatividade dos corpos (lembremos aqui sobre o caso do estudante que foi repreendido pelo professor na escola Cecy Cardoso por estar com as unhas pintadas).

No que diz respeito ao espaço, selecionei os corredores de uma escola pública como mais um dos locais onde ocorre violência contra a pessoa estudante LGBTQIA+ e tão significativa na minha vivência escolar. Sobre o figurino, uso uma calça jeans de cortes retos, uma bota marrom e uma camisa escura de botões, imagens que se aproximam das construções visuais de um corpo masculino, porém, nessa proposta da *performance*, o corpo de vestimentas masculinas também está usando batom e esmaltes vermelhos.

As ações se apresentam ao som da música Nocturne Op. 9 No. 2 de Chopin, apenas como composição sonora para a *performance*, que poderia também ter como fundo os próprios ruídos de uma escola, mas composição de Chopin agrega uma carga emocional às ações do vídeo e contribui para externalizar os sentimentos e emoções que sentia durante a realização da ação performática.

SEÇÃO 4 – PLANO DE EXECUÇÃO PARA A INTERVENÇÃO ARTÍSTICO-PEDAGÓGICA


Esta seção traz uma organização do plano de execução da intervenção artístico-pedagógica, incluindo um roteiro da *performance* “Corpos, gêneros e sexualidades na formação docente” apresentada ao vivo e *slides* com orientações teóricas acerca da temática para exposição de conteúdo e proposta de diálogo com os professores. Embaixo de cada *slide*, descrevo brevemente uma proposição.

- Apresentação da *performance*

Roteiro: A *performance* inicia-se com a imagem do meu corpo em pé, vestido apenas com uma cueca e escrevendo sobre a pele palavras ofensivas (homofóbicas) que ouvia nos corredores da escola quando era estudante; durante esse processo convido o público a também escrever suas palavras no meu corpo; após a escrita me afasto e coloco uma música: Nocturne Op. 9 No. 2, de Chopin. Em seguida, pego um batom vermelho e passo na boca, limpo os excessos e coloco o batom sobre uma mesa do meu lado direito; pego um esmalte vermelho e pinto as minhas unhas das mãos, assopro o esmalte para secar, coloco-o na mesa do meu lado direito. Ao fundo e à esquerda, há outra mesa com figurino masculino (calça jeans, camisa escura, botas marrons e meias pretas); caminho até essa mesa e, com o corpo de frente para o espectador, faço uma pausa, apresento meu corpo abrindo os braços com as palmas das mãos para frente. Então, visto uma calça jeans masculina, uma camisa masculina, meias masculinas, uma bota masculina. Numa pausa, apresento novamente meu corpo, respiro e vou embora de costas.

- Após a apresentação, seguimos para uma sala onde estarão sendo projetados os slides abaixo.

SLIDE 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ARTES – IARTE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ARTES

Prof-Artes

**CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES NA SALA DE AULA:
Um processo de formação continuada do docente**

Mestrando Leonardo Flôres
Orientação Prof^ª Dr^ª Mara Leal

Objetivo geral: Promover junto aos docentes um diálogo voltado às questões de corpos, gêneros e sexualidades em sala de aula.

- Apresentação da *performance*
- Quem sou, professor homem cisgênero gay
- Dialogar sobre a *performance*

- Aqui, me apresento e disparo proposições para o início do nosso diálogo, perguntando quais foram as observações dos espectadores em relação à *performance*.

SLIDE 2

- O estudo de Gênero surge a partir dos estudos feministas.
- Construção binária (homem x mulher)
- A socialização do gênero, como se aprende.



- Aqui, refletimos sobre as motivações iniciais dos estudos de gênero, como se dão as construções sociais sobre o gênero feminino e masculino e de que maneiras esses gêneros *performam* socialmente.

SLIDE 3

A sexualidade é o aspecto mais conflituoso, controverso e desconhecido do ser humano. A nossa cultura lida mal com esse importante aspecto da vida e, para agravar, cria modelos estanques nos quais pretende encaixar e classificar as pessoas. Esses moldes, muitos dos quais baseados apenas no preconceito e na falta de informação, não nos permitem que sejamos exatamente aquilo que somos ou que poderíamos ser. (Costa, 1994).

- Aqui, refletimos sobre a sexualidade humana enquanto aspectos conflituosos e controversos de acordo com (COSTA, 1994) e relacionamos com nossas construções e expectativas criadas sobre *performar* o gênero feminino e masculino em nossa sociedade.

SLIDE 4

Percebendo a sexualidade humana

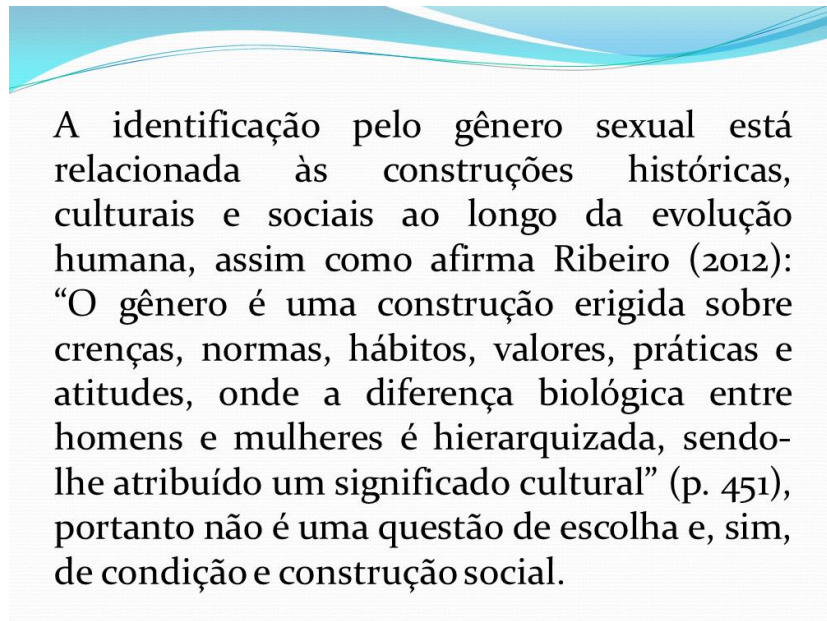
The infographic is titled "Percebendo a sexualidade humana" and features a central silhouette of a human figure with a brain, heart, and gender symbols. To the left, there are five categories with sub-points:

- IDENTIDADE DE GÊNERO** (with brain icon)
 - AUTOIDENTIFICAÇÃO**
 - Transgênero
 - Cisgênero
 - Identidade Não - Binária
- ORIENTAÇÃO SEXUAL** (with heart icon)
 - SENTIMENTO**
 - HETEROSSEXUAL
 - HOMOSSEXUAL
 - BISSEXUAL
 - ASSEXUAL
 - PANSSEXUAL
- SEXO BIOLÓGICO** (with female symbol icon)
 - GENITÁLIA**
 - Macho
 - Fêmea
 - Intersexo
- EXPRESSÃO DE GÊNERO** (with person icon)
 - OLHAR SOCIAL**
 - MULHER
 - HOMEM
 - ANDRÓGENO (NÃO - BINÁRIO)

At the bottom left, there are social media icons for Facebook and Instagram, followed by the text "ASSOCIAÇÃO VIVA A DIVERSIDADE". At the bottom right, there is a logo for "ASSOCIAÇÃO VIVA A DIVERSIDADE" featuring a map of Brazil and the text "ASSOCIAÇÃO VIVA A DIVERSIDADE".

- Neste slide, tento conceituar ideias com a ajuda da imagem exposta pela Associação viva a diversidade¹⁰, para compreendermos, de maneira objetiva, como podemos construir e ressignificar nossos pensamentos sobre as identidades de gêneros, as orientações sexuais, as expressões de gênero e o sexo biológico.


SLIDE 5



- Neste slide, reflito sobre a construção social das identidades e orientações sexuais e reafirmo que se trata de uma condição humana e não de uma escolha.

¹⁰ A Associação viva a diversidade é uma entidade não governamental que fortalece toda a população LGBTQIA+ do município de Diadema – SP. Para mais informações, ver site: <<https://www.vivadiversidade.org/>>

SLIDE 6



PCN- Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual, p.123, 2001.

É necessário que o educador tenha **acesso à formação específica** para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. **Os professores necessitam entrar em contato com suas próprias dificuldades diante do tema**, com questões teóricas, leituras e discussões referentes à sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto aos alunos e ter acesso a um espaço grupal de produção de conhecimento a partir dessa prática, se possível contando com assessoria especializada. **A formação deve ocorrer de forma continuada e sistemática, propiciando a reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual.** É necessário que os professores possam reconhecer os valores que regem seus próprios comportamentos e orientam sua visão de mundo, assim como reconhecer a legitimidade de valores e comportamentos diversos dos seus. Tal postura cria condições mais favoráveis para o esclarecimento, a informação e o debate **sem a imposição de valores específicos.**

- Aqui, trago informações sobre o que se espera do/a docente em relação à temática oferecida neste encontro de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de 2001, como documento orientador, uma vez que a atual BNCC (2017) suprimiu, em sua terceira versão aprovada às pressas, as palavras “gênero” e “orientação sexual”, substituindo-as pela palavra (diversidade), demonstrando, assim, um grande e equívoco retrocesso nos avanços e pesquisas até aqui conquistados sobre o estudo de gênero e orientação sexual em nossa sociedade.

SLIDE 7

- Ter cuidado com as violências silenciadas e reproduzidas;
- Conduzir e orientar debates informativos;
- Adotar postura de valores democráticos e plurais, respeitando a condição da pessoa estudante;
- Eu cresci em uma sociedade heteronormativa e não “virei” hetero, não tenham medo de trazer informação a pessoa estudante.

Obrigado!

- Contato: Leonardo Flôres (34) 9 74002646
leonardofloresator@gmail.com

Como podemos trabalhar essa temática com as pessoas estudantes?

- Finalizando a parte dos slides e conduzindo para a participação dos espectadores e espectadoras, relato como as homofobias podem ser reproduzidas e cometidas por meio do silenciamento da professora e do professor em sala de aula;
- Oriento o diálogo e desenvolvimento de pensamento crítico e informativo com a pessoa estudante;
- Lanço a reflexão em busca de uma práxis: Como podemos trabalhar essa temática com a pessoa estudante?

SEÇÃO 5 - INTERVENÇÃO ARTÍSTICO-PEDAGÓGICA

A intervenção artístico-pedagógica já havia acontecido várias vezes na minha cabeça de TDAH, mas, como realidade, ela começou a ser idealizada na disciplina “A experiência artística e a prática do ensino das artes na escola (abordagem metodológica)”. Essa disciplina foi cumprida de maneira síncrona em formato remoto, pois, no período de estudo, estávamos saindo do isolamento da COVID- 19, e as atividades universitárias ainda aconteciam à distância. Como fazemos parte do mestrado profissional, meus colegas de disciplina são professores e professoras atuantes em sala de aula com o ensino de Artes.

Na referida disciplina, o professor doutor Gustavo Cunha de Araújo e a professora doutora Ana Elvira Wuo propuseram a criação de um material artístico que dialogasse com nossa pesquisa de mestrado, material esse que poderia ser vídeo, colagens, desenhos, teatro, pinturas, textos, o que a nossa imaginação permitisse. Então, criei um vídeo *performance* que refletisse a problemática da minha pesquisa. Como estávamos em formato síncrono e remoto, minha apresentação foi por meio do vídeo que havia criado. Desde o início, meu processo criativo já buscava relacionar esse material como parte da intervenção artístico-pedagógica que estava articulando como objeto de pesquisa.

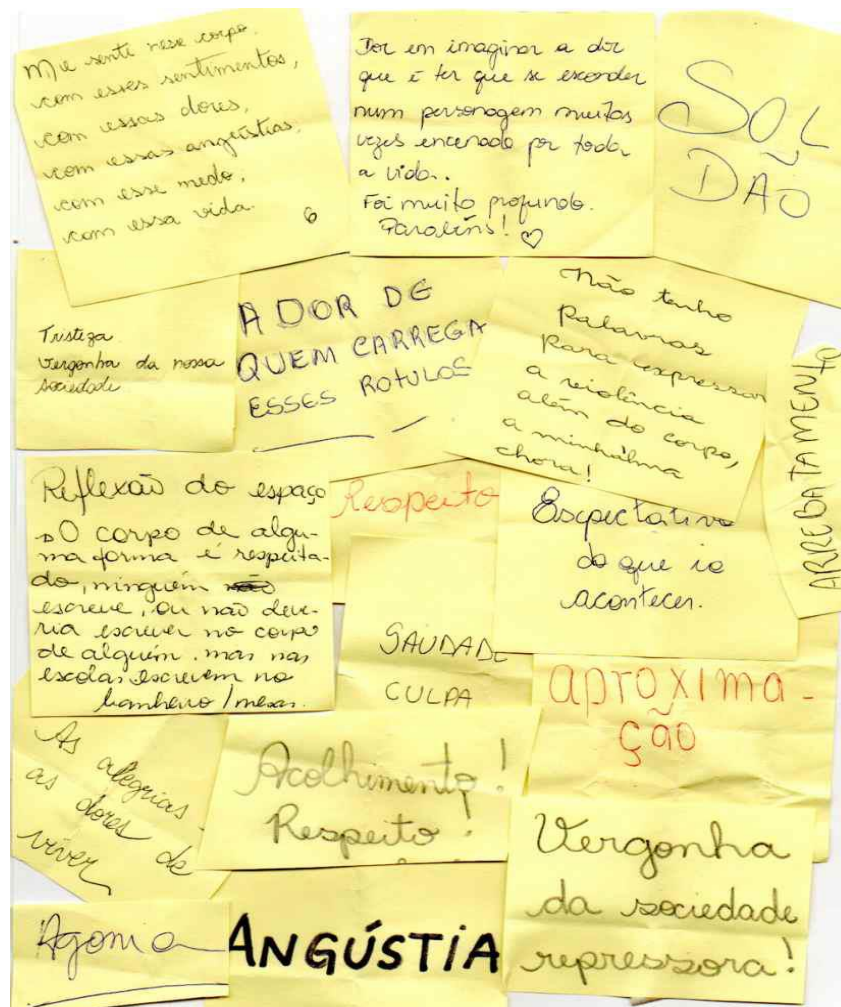
Antes da aula virtual, enviaríamos os arquivos de nossos trabalhos no grupo de WhatsApp, para que os colegas pudessem apreciar as atividades, e, no dia da aula, teceríamos nossas considerações. Nesse primeiro experimento de *performance* como proposta de material pedagógico dentro da pesquisa, apresentei meu corpo nu em ação performática. No dia da aula, junto com os colegas e professores, pudemos levantar hipóteses e fazer uma análise de cada apresentação. Durante a aula, os colegas evidenciaram a sensibilidade do material performático, corroboraram a necessidade do debate sobre corpos, gêneros e sexualidades na formação docente e contribuíram com inserções e sugestões de textos para ajudar na fundamentação teórica da pesquisa. A partir desse momento, a *performance* foi ganhando características efetivas como material pedagógico concreto a ser inserido na pesquisa.

Aventurando-me como estudante especial na disciplina “Currículos, Saberes e Culturas Escolares” do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED/UFU/2023), ministrado pela professora Doutora Alexia Pádua Franco,

iniciei meus estudos nessa disciplina a fim de dialogar com os autores para contribuir com minha proposta de pesquisa e aprofundar as fundamentações teóricas. Em sequência, como atividade prática da referida disciplina, tivemos uma apresentação de dissertação ou tese que dialogasse com os currículos, cultura e saberes escolares, e meu grupo selecionou o seguinte trabalho: “Educação e Direitos Humanos: as representações das diferenças de gênero na escola” (2020) do então mestre Luciel Furtado Amorim da Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rondonópolis. Organizando nosso seminário, nosso grupo resolveu apresentar minha *performance*, pois ela dialogava com a dissertação que tínhamos escolhido, então aproveitei a oportunidade, já que a maioria dos estudantes do mestrado de educação são professores e professoras atuantes em sala de aula também.

Apresentamos a dissertação do então mestre Luciel Amorim e, em seguida, apresentei minha *performance* nos corredores dos cursos de pedagogia, jornalismo e letras da Universidade Federal de Uberlândia. Todos assistiram atentamente, participaram com os escritos no meu corpo e com comentários no decorrer da *performance*. Ao final, eles receberam um *post-it* para escrever quais palavras lhe tocaram durante a *performance*, então meu grupo recebeu os escritos, e iniciamos uma leitura com debate sobre as palavras suscitadas. Na imagem abaixo, podemos visualizar as palavras escritas pelo público. Aos poucos, fomos dialogando e percebendo como o debate sobre sexualidade ainda está engatinhando no processo de formação da pessoa estudante e, também, reconhecendo que nós professores estamos cheios de dúvidas e perguntas sobre essa temática.

Figura 1 – Colagem de palavras



Legenda: Faculdade de Educação - FAGED/UFU. Percepções dos colegas do mestrado em Educação sobre a apresentação da *performance*.
Fonte: acervo pessoal, 2023.

Por eu ser um professor, homem, cisgênero e homossexual, em partes do diálogo com a turma, a conversa foi virando quase que uma entrevista em que eles e elas colocavam várias dúvidas que tinham sobre gênero e orientação sexual. Aos poucos e respeitando o seminário, fomos relacionando a discussão sobre sexualidades e percebendo como são construídos os currículos escolares, documentos pedagógicos e as práticas em sala de aula. Claro que não conseguimos concluir muitos pensamentos levantados naquele dia, mas foi um início sobre a reflexão dessa temática em sala de aula e a importância de uma formação continuada para professores e professoras que contemplem a temática de gênero e

orientação sexual em suas formações pedagógicas.

Como proposta de continuidade, a professora da disciplina, suscitada por pedidos dos colegas de sala, se colocou a disposição para organizar um encontro acadêmico no qual participarei para dialogar mais sobre corpos, gêneros e sexualidades na formação do professor. Outro colega de turma comentou na escola Estadual onde ele trabalha sobre a minha *performance*, e o corpo docente ficou interessado em debater o tema. Então, estamos organizando a realização da intervenção artístico-pedagógica na escola onde ele trabalha.

No dia 12 junho de 2023, foi sancionada, em Uberlândia, a lei ordinária nº 1404¹¹ que dispõe sobre “não a doutrina de ideologia de gêneros nas escolas da rede pública municipal, estadual e de ensino privado em todo o município de Uberlândia”. Em uma clara perturbação com o propósito de confundir a sociedade, um grupo de políticos tenta relacionar a ideia de “doutrina de gênero” com o fato de trabalharmos a informação e a reflexão sobre gêneros e orientação sexual nas escolas. Como já discutido e fundamentado nesta pesquisa, o debate sobre corpos, gêneros e sexualidades nas escolas contribui, efetivamente, no combate às violências físicas e psicológicas em nossos estudantes.

O objetivo desta pesquisa é levar conhecimento aos professores e professoras sobre os conceitos e preconceitos existentes sobre o estudo de gêneros e orientação sexual, informar e fundamentar a ressignificação das construções culturais, pedagógicas e curriculares, compartilhar com professores e professoras nossas vivências em sala de aula e juntos encontrarmos caminhos pedagógicos harmônicos e saudáveis que colaborem para uma práxis que respeite a diversidade da pessoa estudante.

No mesmo mês da sanção, organizações sindicais e de educação entraram com pedido judicial de anulação da lei ordinária nº 1404, que foi deferida no dia 17 de Julho de 2023, pelo Juiz de direito João Ecyr Mota Ferreira, indicando inconstitucionalidade de acordo com o disposto no art. 22, XXIV, da Constituição da República, que estabelece competência exclusiva da União legislar sobre diretrizes e bases da educação¹². De acordo com o Juiz Ecyr Mota Ferreira: “o pior de tudo é que o diploma legal combatido utiliza-se de uma expressão ‘ideologia de gênero’ que foi forjada por setores ultraconservadores, que acreditam que

¹¹ Ver Anexo 1.

¹² Ver Anexo 2.

professores têm o poder de influenciar na orientação sexual de seus alunos, o que, evidentemente, é uma rematada falácia. Assim, com base nessa falsa crença, busca-se impor censura, e o que é o mais grave, com ameaças aos nossos docentes”.

Após esse conturbado momento de censura vivido em Uberlândia durante o processo da minha pesquisa e com os documentos em mãos para me resguardar, pude continuar com o desenvolvimento da minha pesquisa dentro das propostas iniciais, de dialogar com professores e professoras em seus períodos de formação pedagógica sobre o estudo de corpos, gêneros e sexualidades.

No calendário escolar de Uberlândia existem alguns sábados letivos e escolares nos quais os professores e professoras realizam atividades pedagógicas com ou sem estudantes. À vista disso, para realizar a práxis da minha pesquisa, conversei com as diretoras e analistas pedagógicas, e organizamos um momento de conversa com os/as docentes da escola onde trabalho. A intervenção artístico-pedagógica aconteceu na Escola Municipal Professora Cecy Cardoso Porfírio, que fica no bairro Mansour, e na Escola Municipal Guarda Antônio Rodrigues do Nascimento, que fica no bairro Taiamam, ambas na cidade de Uberlândia.

Intervenção Artístico-pedagógica na Escola Municipal Professora Cecy Cardoso Porfírio

Na Escola Municipal Professora Cecy Cardoso Porfírio, a intervenção pedagógica foi realizada no período matutino, havendo, como corpo docente presente no dia da intervenção, aproximadamente sessenta e cinco professores e professoras que atuam nos ensinos do 6º aos 9º anos. A título informativo, nessa escola, há, no período matutino, dois estudantes transexuais que são acompanhados pela escola para que tenham seus direitos garantidos pedagogicamente, e de acordo com as necessidades as organizações da escola vão sendo ressignificadas, nas ações e nas falas de todos.

A intervenção se iniciou com a apresentação da *performance* “Corpos, gêneros e sexualidades na formação docente”. Essa apresentação aconteceu nos corredores da escola, pois o diálogo do espaço “corredor” da escola reflete intrinsecamente nas violências vividas por mim dentro da escola. Logo após a apresentação, agradei a presença de todos ali e solicitei que se encaminhassem para a sala quatro, onde iríamos realizar um diálogo sobre a intervenção artístico-

pedagógica, porém alguns professores e professoras vieram me abraçar ao término da *performance*, agradecer pela apresentação e me parabenizar. Logo abaixo, podemos observar, por meio de duas imagens, momentos da *performance*.

Figura 2 – *Performance* “Corpos, gêneros e sexualidades na formação docente”



Legenda: Apresentação da *performance* na E.M. Prof. Cecy Cardoso Porfírio.
Fonte: acervo pessoal, 2023.

Figura 3 – *Performance* “Corpos, gêneros e sexualidades na formação docente”



Legenda: Apresentação da *performance* na E.M.
Prof. Cecy Cardoso Porfírio.
Fonte: acervo pessoal, 2023.

Já na sala quatro, mais uma vez, agradei a presença de todos e iniciei minha fala, esclarecendo que aquele momento se tratava da práxis da minha pesquisa de mestrado que realizo no ProfArtes da UFU. De acordo com os *slides*, expus a temática e o objetivo geral desta pesquisa, me apresentei como ator, professor, homem cisgênero e pessoa homossexual e, em seguida, abri o diálogo para que eles(as) pudessem falar o que sentiram com a apresentação da *performance*, o que ela poderia ter suscitado em cada um/uma ali e de que maneira a *performance* poderia contribuir com nossa formação continuada pedagógica.

De maneira geral, os professores e as professoras foram se colocando e endossando a necessidade de um diálogo mais aberto sobre as sexualidades dentro da escola. Trago aqui algumas falas para exemplificar:

Professora 01: “achei maravilhosa, necessária, me tocou profundamente e quase chorei, porque a mim me leva a pensar no que cada pessoa carrega e traz com seus rótulos e que são difíceis de serem carregados. Algo que me faz pensar desde a adolescência é sobre os corpos LGBTQIAP+ e que hoje graças aos deuses e deusas podemos conversar mais sobre isso, me tocou profundamente, te achei corajoso e ainda por ter realizado dentro da instituição Escola”.

Profissional de apoio 01: “eu sou mãe de uma pessoa homossexual e entendo sobre a necessidade desta discussão dentro da escola e que nesta escola nós podemos falar sobre essa temática”.

Professor 02: “quando a gente que é gay assiste o que você apresentou e sabe o tanto que isso é importante, necessário ser discutido, pois nós sabemos os infernos que já passamos dentro da escola, os meus maiores traumas foram presenciados por professores que não fizeram nada, até quando nós vamos permitir que isso aconteça com nossos estudantes gays?”.

Professor 03: “professor eu entendo e acredito até mesmo pela minha formação evangélica que essa temática eu trato com meus estudantes a partir da construção do respeito com o outro independente das diferenças”.

Professora 04: “mas é muito complicado falar sobre isso com os estudantes, porque os pais vão reclamar na nossa sala de aula, graças a deus eu não sou professora regente esse ano, é muito complicado falar sobre isso porque tem muita reclamação”.

Após as considerações iniciais sobre a *performance*, dei seguimento aos *slides* os quais traziam uma fundamentação teórica para o diálogo e poderia nos auxiliar nas fabulações sobre a temática. Apresentei a ideia dos estudos feministas sobre a fabricação dos conceitos do *performar* o gênero feminino e que, a partir desses movimentos sociais feministas, as discussões de gênero foram reverberando em nossos pensamentos. De acordo com Costa (1994, p. 2) e conforme já citado nesta pesquisa, “a sexualidade é o aspecto mais conflituoso, controverso e desconhecido do ser humano”. De fato, lidamos mal com os moldes criados para se *performarem* gêneros, corpos e sexualidades, na maioria das vezes embasados em preconceitos, impedindo de sermos quem realmente poderíamos ser.

Dando continuidade, apresentei, aos professores e professoras, uma proposta de percepção da sexualidade humana, dialogando sobre a identidade de gênero, a orientação sexual, o sexo biológico e a expressão de gênero. As construções de

gênero são históricas, sociais e culturais como afirma Ribeiro (2012). Apesar de, atualmente, a BNCC ter suprimido de seus documentos as palavras “gênero e orientação sexual”, resolvi utilizar os PCNs para fundamentar as práticas docentes dentro da sala de aula.

Ainda discuti o fato de que o autoconhecimento de nossa sexualidade, corpos e gêneros contribuem para se evitarem abusos sexuais de crianças e adolescentes, uma vez que o debate sobre esta temática encoraja a pessoa estudante a denunciar abusos e violências vividas dentro e fora da escola. Indubitavelmente, uma conversa mais clara e informativa com a pessoa estudante se faz necessária para a construção de uma relação professor (a)/estudante mais harmônica, pois as relações afetuosas influenciam, consideravelmente, no desenvolvimento da pessoa estudante dentro da escola.

Ao finalizar a atividade, me coloquei à disposição para o debate e completei dizendo aos professores e professoras que não tenhamos medo de trazer informação para nossos estudantes, de criar junto com eles e elas uma construção crítica de conceitos e ressignificação desses conceitos, que estamos em constante transformação, e relatei: “durante mais de trinta anos de vida sempre tive na mídia, na sociedade, nos valores, na religião, referências heterossexuais como sendo as corretas e isso não invalidou o fato de me considerar uma pessoa digna e homossexual atualmente, dialogar sobre corpos, gêneros e sexualidades não vai fazer com que ninguém ‘vire’ algo que não é ou com que não se identifica”. Por fim, lancei a pergunta: – Como podemos trabalhar essa temática com a pessoa estudante?

Por conseguinte, os professores e as professoras levantaram algumas possibilidades de atividades práticas para esse trabalho:

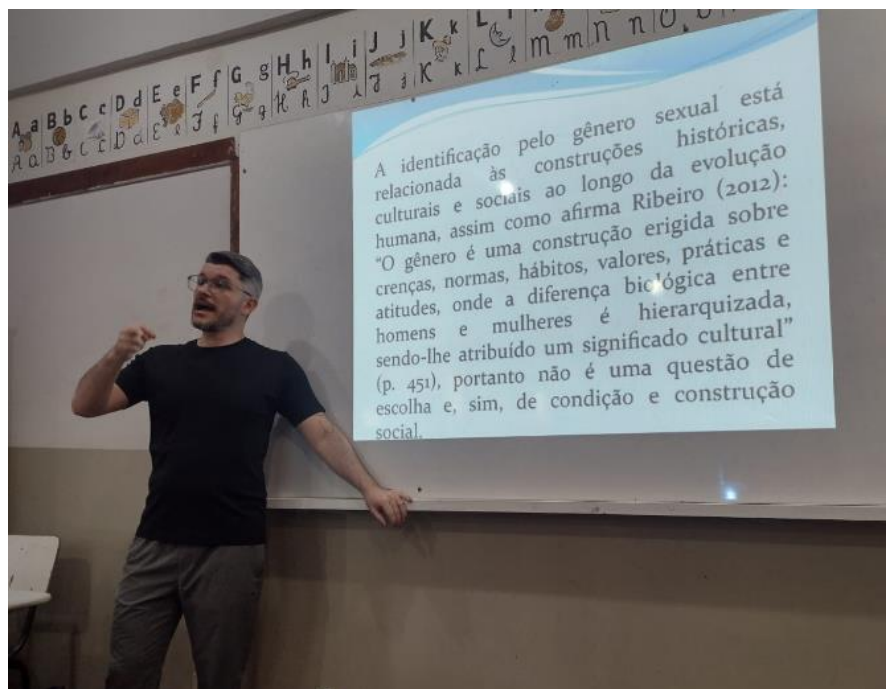
- Desenvolver com a turma o debate sobre essa temática por meio de relatos de experiências (violências vividas) pelos próprios estudantes;
- Criação de histórias em quadrinho que dialogue com a temática da diversidade;
- Confecção e troca de cartas com mensagens motivadoras e positivas, criando um clima de harmonia;

- Incluir no Plano Pedagógico da escola um projeto anual que desenvolva atividades pedagógicas sobre corpos, gêneros e sexualidades;
- Criar um cine debate com curtas e longas metragens que possam fundamentar atividades pedagógicas com as pessoas estudantes.

A partir destas proposições da ação, finalizamos nosso encontro, e posso dizer que me senti muito à vontade e respeitado realizando essa intervenção artístico-pedagógica. Após minha intervenção, muitos professores e professoras vieram me parabenizar pelo projeto e dizer que tinham empatia sobre as minhas colocações, e me relataram violências pessoais vividas, expuseram suas condições de também serem professores gays e lésbicas dentro da instituição escolar e também trouxeram muitas perguntas e curiosidades sobre o estudo de gênero e orientação sexual.

Essa intervenção foi uma semente plantada que será regada por mim até que se oficialize a inclusão de um projeto anual no Plano Pedagógico da escola que tenha um caráter de atividade pedagógica institucional. Abaixo, podemos observar pelas imagens, momentos do diálogo com professores e professoras.

Figura 4 – Intervenção Artístico-pedagógica



Legenda: Intervenção Artístico-pedagógica na E.M. Prof. Cecy Cardoso Porfírio.

Fonte: acervo pessoal, 2023.

Figura 5 – Intervenção Artístico-pedagógica



Intervenção Artístico-pedagógica na E.M. Prof. Cecy Cardoso Porfírio. Fonte: acervo pessoal, 2023.

Intervenção Artístico-pedagógica na Escola Municipal Guarda Antônio Rodrigues do Nascimento

Na Escola Municipal Guarda Antônio Rodrigues do Nascimento, a intervenção pedagógica foi realizada no período vespertino, havendo, como corpo docente presente no dia 19 de setembro de 2023, dia da intervenção, aproximadamente doze professoras e professoras que atuam nos ensinos do 1º aos 5º anos. A escola Guarda Antônio é uma escola pequena com apenas sete salas de aula e, por isso, um número menor de funcionários, mas não menos importante; em sua maioria são professoras, havendo apenas um professor do gênero masculino e de disciplina específica. A intervenção artístico-pedagógica iniciou com a apresentação da *performance* no corredor das salas, e em seguida fomos para a sala de vídeo, para a parte expositora com os slides.

Segui meu roteiro como na intervenção da escola Cecy Cardoso e fomos aos diálogos. Assim como na outra escola, as professoras perceberam a necessidade e o diálogo que a *performance* tem com a temática proposta e disseram palavras encorajadoras para a pesquisa, como “coragem, necessário, bonito, inteligente e importante”. Na escola Guarda Antônio, nossos estudantes são crianças, e as

peculiaridades do corpo docente são diferentes. Conseqüentemente, nossas contribuições e percepções são voltadas ao mundo infantil, então as professoras, no decorrer das minhas colocações, foram trazendo suas dúvidas e relatos.

Falando sobre os corpos, uma professora trouxe ao diálogo a possibilidade de existência de um banheiro misto, que poderia ser utilizado por pessoas do gênero masculino e feminino, como isso aconteceria? Especificamente sobre esse ponto, eu não pude contribuir muito, pois acredito que as modificações físicas da escola e dos espaços sociais precisam acontecer, mas, ainda, precisamos de mais diálogo. A preocupação de outra professora sobre esse fato relacionava-se a abusos sexuais de meninos contra meninas no espaço do banheiro. Essa professora se colocou como mãe e não como professora, dizendo que não concordava com tal proposição sobre os banheiros. Entendo que muitos cuidados precisam ser tomados e muitas questões ressignificadas para as mudanças de hábitos e comportamentos em nossa sociedade e que, com um debate saudável, podemos construir ótimos resultados.

Durante as falas, as professoras e a diretora traziam que, no turno matutino, existe uma professora transexual e que ela é respeitada dentro da instituição, porém não foi assim que aconteceu com os pais das crianças. A diretora relatou que muitos pais reclamaram e não queriam aceitá-la como professora, contudo a diretora se colocou como gestora da instituição e disse que não havia nada de errado que não qualificasse a professora transexual para exercer suas funções pedagógicas, e assim a professora permanece na instituição.

Mais uma vez, as professoras trouxeram para o diálogo suas questões pessoais, morais e religiosas para justificar o trabalho com a temática de gênero e sexualidades na escola, não se opondo ao debate, mas querendo dizer o que seria um comportamento “correto” para *performar* gêneros. Como condutor daquela intervenção artístico-pedagógica, lembrei a todos ali que esta pesquisa tem caráter pedagógico de contribuir com a formação continuada de professores e professoras no desenvolvimento de atividades escolares que possam contribuir com as ressignificações dos conceitos de corpos, gêneros e sexualidades. Entendo que somos uma soma de nossas experiências vividas, mas naquele momento estávamos como professores e professoras, pessoas profissionais buscando excelência laboral.

Por fim, lancei a pergunta: – Como podemos trabalhar essa temática com a pessoa estudante? Então, os professores e as professoras levantaram algumas possibilidades de atividades práticas para esse trabalho.

- Realizar atividades lúdicas sobre a temática;
- Trazer estatísticas e mostrar aos estudantes sobre o índice de violência contra pessoas LGBTQIAP+;
- Criar cenas teatrais que dialoguem com a temática;
- Iniciar uma construção sobre os estudos de gênero com a pessoa estudante, a partir do se reconhecer biologicamente para depois entrar na percepção da identidade de gênero;
- Trabalhar com literatura que traga o tema da diversidade;
- Criar histórias em quadrinhos;
- Ouvir a pessoa estudante.

Ao refletir sobre a intervenção, posso dizer que muitas pontes poderão ser construídas. Percebi, na maioria dos professores e das professoras, uma aceitação em trabalhar essa temática com a pessoa estudante, claro que dentro de suas limitações e conhecimentos, mas, para isso, me coloquei presente e aberto para o diálogo. Apesar de sempre me deparar com muita resistência em desenvolver pesquisas com a temática de corpos, gêneros e sexualidades, concluo que a intervenção artístico-pedagógica renderá ótimos frutos.

Em ambas as escolas, recebi, por parte do corpo docente, uma abertura para realizar projetos e ações pedagógicas que possam contribuir com o desenvolvimento das construções sociais sobre o estudo de corpos, gêneros e sexualidades. Após a data da intervenção, muitos professores e professoras ainda vieram relatar como aquele dia reverberou em seus pensamentos, em suas formas de construir conceitos e perceberem o outro em sua diversidade. Esta é uma pesquisa que terá continuidade dentro das escolas onde iniciei o diálogo. Muitos convites foram feitos para realizar esta intervenção em outros espaços e escolas, e aos poucos vou avançando e estabelecendo novas pontes de diálogos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dialogar sobre corpos, gêneros e sexualidades ainda é uma temática que causa certo desconforto, agonia, indiferença, juízo de valores e violências silenciadas entre as pessoas. Esta pesquisa se propôs a realizar uma intervenção artístico-pedagógica a fim de contribuir na formação continuada de professores e professoras da escola pública brasileira na cidade de Uberlândia. Posto isso, a pesquisa traz a seguinte problematização: Como o(a) professor(a) percebe sua formação, o sistema de ensino, o contexto social e político para as práticas dialógicas sobre a temática de gêneros e sexualidades com a pessoa estudante? Para responder a essa pergunta norteadora, fizemos, nas etapas desta pesquisa, uma revisão bibliográfica para fundamentação teórica, que discutisse as necessidades e possibilidades de um diálogo voltado aos estudos de gênero e sexualidades.

Para refletir sobre conceitos e ressignificar esses conceitos dentro do estudo das sexualidades, precisamos entender a construção social que foi desenvolvida para se *performar* o gênero feminino dentro da sociedade que vivemos nos anos 2023, que ainda se mostra pouco engendrada nos discursos políticos, científicos e pedagógicos, em debater corpos, gêneros e sexualidades. Entrando no campo escolar, como é a proposta desta pesquisa, o diálogo com professores e professoras é de grande importância e necessidade para o desenvolvimento do conhecimento crítico e intelectual de nossos estudantes, principalmente pelas micro violências sofridas pelas pessoas estudantes.

Como escolha de caminho a ser percorrido, optei por realizar uma intervenção artístico-pedagógica que incluísse a apresentação de uma *performance* artística realizada por mim, que dialogasse com a temática desta pesquisa e pudesse contribuir como resposta à problematização lançada, e assim aconteceu. Levei, aos professores e às professoras, parte da fundamentação teórica em formato de *slides* e a apresentação de uma *performance* artística. Os debates ocorridos, desde a apresentação da *performance* aos meus colegas de mestrado até chegar aos professores e professoras, foram sendo lapidados e, cuidadosamente, reconfigurados para alcançar excelência no dia da intervenção artístico-pedagógica.

Em todos os momentos de diálogos propostos com essa intervenção, muitas perguntas e dúvidas foram levantadas, muitas incertezas pessoais foram reveladas e, também, muitas possibilidades de se discutir e efetivar um debate saudável sobre a temática de corpos, gêneros e sexualidades foram aceitas. Esta pesquisa é um desdobramento sobre a ressignificação das violências escolares que vivi e vivo dentro do

sistema educacional por ser uma pessoa homossexual e sugestão, em formato pedagógico, sobre a discussão desta temática. Acredito que meu estudo e abertura ao diálogo podem ser um caminho pedagógico possível para ressignificar conceitos e preconceitos ainda transmitidos por muitos de nós.

Durante a realização desta pesquisa, tivemos uma infeliz surpresa com a sanção da lei ordinária nº 1404 na cidade de Uberlândia que proibia o debate sobre gênero e orientação sexual dentro das escolas públicas e particulares, estaduais e municipais da cidade. Felizmente, um mês e cinco dias depois da sanção, o juiz de direito João Ecyr Mota Ferreira julgou inconstitucional a referida lei ordinária nº1404, e, enfim, pude continuar legalmente com a minha pesquisa. Tal atitude politicamente inconstitucional demonstra a fragilidade que as pesquisas e os debates sobre corpos, gêneros e sexualidades refletem na sociedade que vivemos nos anos de 2023. Por isso, digo que esta pesquisa, que foi realizada legalmente por um professor de escola pública para professores e professoras de escola pública, é também um ato de luta, existência e resistência social e política educacional.

A intervenção artístico-pedagógica proposta nesta pesquisa encontrou, nos professores e nas professoras, abertura ao debate e diálogo sensível sobre a temática oferecida, demonstrando aceitação e necessidade em sua realização. Desde o início me coloquei em posicionamento de defesa, talvez porque sempre era atacado quando tentava realizar alguma atividade pedagógica que envolvesse o discurso das sexualidades. Todavia, em meios aos meus colegas de profissão, a intervenção foi bem aceita, o que não aconteceu por parte da gestão do CEMEPE ao receber minha proposta de atividade e dizer que “esse negócio de gênero é complicado e pode dar processo” se for realizado dentro das escolas.

Com os professores e as professoras das escolas, pude discutir, de forma profissional e efetiva, como trabalhar e desenvolver atividades pedagógicas que possam contribuir na formação da pessoa estudante, respeitando sua diversidade e condição de orientação sexual e identidade de gênero. Juntos criamos possibilidades de atividades pedagógicas que pudessem ser realizadas em sala de aula. Uma profissional de apoio sugeriu a inclusão de pelo menos um projeto anual que dialogasse com a temática dentro do plano pedagógico da escola, e a sugestão foi aceita pelos presentes e será providenciada com a minha contribuição.

Enquanto professor pesquisador e depois de ter realizado esta pesquisa, digo que ainda existem muitas dúvidas dos professores e das professoras sobre identidade de

gênero e orientação sexual, carecendo de mais momentos como este de formação, que incluam pessoas especializadas nas temáticas para contribuir no debate junto aos profissionais da educação. O(a) professor(a) ainda sofre muita interferência social e política sobre como exercer sua função; o tempo todo somos atacados pela sociedade e pelos políticos que não estão em sala de aula, querendo nos ensinar, impor como devemos fazer o nosso trabalho, querendo criar as nossas regras e colocar a música que devemos dançar. Mas nós professores e professoras que estamos em sala de aula somos aqueles que sabem o que pode ser feito para desenvolver nosso trabalho. Aliás, foi com esses(as) colegas que realizamos essa intervenção artístico-pedagógica e com elas e eles é que desenvolveremos ações sobre o tema.

A realização dessa intervenção não é garantia de que os debates sobre sexualidades nas escolas estarão sanados, mas se demonstra como uma possibilidade viável de ressignificação de conceitos e preconceitos arraigados em nossa sociedade, que podemos desconstruir e dialogar sobre, a fim de elaborar novos caminhos didáticos e metodológicos. Com esta pesquisa, afirmo, vigorosamente, que professores e professoras se sentem despreparados e cheios de dúvidas sobre como trabalhar essa temática com a pessoa estudante e que receberam de maneira acolhedora essa intervenção artístico-pedagógica, compreendendo sua real necessidade de formação continuada.

As escolas e os espaços que receberam a intervenção artístico-pedagógica deixaram os braços abertos para novos momentos de formação, para continuar discutindo mecanismos metodológicos e didáticos de como podemos contribuir com uma formação educacional menos traumática da pessoa estudante. No entanto, da mesma maneira que houve profissionais que aceitaram a proposta, também existiram os que não consideram esta pesquisa importante, porém estes não se manifestaram de maneira contundente, então posso concluir que a maioria dos professores e das professoras que estiveram presentes na intervenção consideraram necessário e importante o diálogo proposto.

Agora, a proposta é continuar pesquisando e dialogando sobre o estudo dos corpos, gêneros e sexualidades nas salas de aula e plantar novas ideias em escolas da cidade. Para além disso, quem sabe sejamos beneficiados com a criação de um curso permanente na formação continuada com os professores e professoras de Uberlândia que reflita sobre essa temática.

Seguirei na luta por novos olhares sensíveis para educação brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base nacional comum curricular** - BNCC. Disponível em: <<https://www.alex.pro.br/BNCC%20Arte.pdf>> Acesso em: 05 jul. 2022.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. Volume 10.5 **Temas transversais: orientação sexual**.

_____. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas** / Rogério Diniz Junqueira (organizador). – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

_____. **Gênero e Diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação, sexual e relações étnico-raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009 – Rio de Janeiro: CEPESC. Brasília: SPM, 2009.

_____. **II Seminário nacional gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais: compromisso com o respeito e a igualdade** – Brasília: Câmara dos Deputados, Edição Câmara, 2008. 141 p. – (Série ação parlamentar; n. 348).

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 24 set. 2023.
COSTA, Ronaldo Pamplona da. **Os 11 Sexos: as múltiplas faces da sexualidade humana**. São Paulo: Gente, 1994.

FÉRAL, Josette. Performance e performatividade: o que são os performances studies? In: MOSTAÇO et al (Org.). **Sobre a performatividade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2009, p.49-86.

FRIGOTTO, G. O Enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa Educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 1991.

GONZÁLES, Maria Barrios; CASTRO, Eder Alonso. **Educação, direitos humanos e organização do trabalho pedagógico**. Brasília: Paralelo 15, 2016.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens – Uma breve história da humanidade**. 33. ed. Porto Alegre–RS: L&PM, 2018.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. Introdução. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.) **Pensamento Feminista Brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

LAMBERT, Leandra. O tempo do qual a terra nos olha - de refúgios, artes, narrativas e tecnologias no mundo sublunar. **Revista Metamorfose**, v. 4, n. 4, jun. 2020, p.48-66.

LOPES, Denilson. **Imagem e diversidade sexual: Estudos da Homocultura** / Denilson Lopes [et al.], (Organizadores). São Paulo: Nojosa Edições, 2004.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. Artes visuais, feminismos e educação no Brasil: a invisibilidade de um discurso. **Universitas Humanística**, v. 79, 143-163. Disponível em:

<<https://doi.org/10.11144/Javeriana.UH79.avfe>>.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

NETO, José Baptista de Mello; AGNOLETI, Michelle Barbosa. **Dignidade sexual e diversidade humana**: cidadania e respeito para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBTT), 2008.

OSTROWER, Fayga. **Acasos e criação artística**. 8. ed. Ed. Campos, 1995.

ROSA, Eli Bruno Prado Rocha. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-Filosofia**, v. 18, n. 2, 2020.

RIBEIRO, Mara Rejane; Getúlio Ribeiro. **Educação em direitos humanos e diversidade**: diálogos interdisciplinares. Maceió: EDUFAL, 2012.

SANTOS, Larissa Medeiros Marinho; MIETO, Gabriela Sousa de Melo. Seção II. **A dimensão e as imagens do outro e do eu nos materiais didáticos**. Educação, direitos humanos e organização do trabalho pedagógico. Brasília: Paralelo 15, 2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.) **Pensamento Feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

SILVA, Veleida Anahi da; CHARLOT, Bernard. Educação e Contemporaneidade. In: Colóquio Internacional, 14., 2020, **Anais...** ISSN: 1982-3657. Prefixo DOI: 10.29380. Eixo 5 – Educação, corpo, sexualidade e gênero.

SOUZA Jr., José Geraldo de; SOUZA, Nair Heloisa Bicalho de. **Módulo VIII Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos**: problemas históricos, conceituais e de aplicação, 2015.

APÊNDICE

PLANO DE INTERVENÇÃO ARTÍSTICO-PEDAGÓGICA

Tema

CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES NA FORMAÇÃO DOCENTE

Objetivo geral

Promover junto aos docentes um diálogo voltado às questões de corpos, gêneros e sexualidades em sala de aula.

Objetivos específicos

- Refletir sobre as potencialidades e limites das proposições formativas, para o redimensionamento de práticas de orientação sexual e identidade de gênero no contexto escolar sob a ótica dos professores participantes.
- Promover o diálogo por meio de debates na relação docente/discente utilizando como ferramenta pedagógica a *performance* confeccionada durante o desenvolvimento desta pesquisa.

Apresentação

Sou ator, pedagogo e professor de Arte e durante as minhas experiências como professor de Teatro tenho encontrado diversas situações em que me deparo com a descoberta da orientação sexual e da identidade de gênero da pessoa estudante. É durante as aulas de Teatro que os/as estudantes iniciam um processo pessoal de descobertas dos sentimentos e emoções. Muitas vezes, estudantes me procuravam para conversar e desabafar sobre suas sexualidades e como essas descobertas estavam reverberando em suas vidas particulares e posteriormente sociais. Então, como professor percebi que poderia contribuir muito mais do que apenas com os conteúdos de Arte, estava diante de uma formação muito complexa da pessoa estudante do que poderia imaginar, estamos falando da condição de orientação e identidade de gênero em que se encontra cada discente, temática esta que permeia o processo de desenvolvimento humano em nossos estudantes.

As Diretrizes de Bases da Educação Nacional (1996), em conjunto com os PCNs

- Parâmetro Curricular Nacional (1997), oferecem aos docentes e discentes uma proposta de ensino sobre os temas transversais que se trata de um conjunto de assuntos voltados para a construção educacional e social, direitos e responsabilidades dialogadas com a vida pessoal e coletiva da pessoa estudante, sendo assim os temas transversais são: a educação no campo, gênero e diversidade, cultura de paz, direitos humanos, ensino especial, étnico-racial e educação ambiental. Esses temas atravessam os conteúdos do currículo formal e devem ser trabalhados pelos/as docentes de forma a atingirem uma contextualização com o cotidiano dos aprendizes.

Durante a educação básica, para muitos de nós o corredor de uma escola pode se tornar um pesadelo cheio de consequências emocionais. Por isso, torna-se importante, para maior conhecimento teórico/prático, a busca de novos caminhos e possibilidades para professores e estudantes se entenderem enquanto humanos em seus direitos e deveres, acordados pelo respeito à formação do educando no ambiente escolar.

Segundo Lopes (2004, p. 25), operamos, historicamente, em um campo disciplinador, via de regra comprometido com a integração social e pouco afeito às transgressões, em que a subversão nem sempre é bem-vinda, mas, às vezes, “acontece e pode representar oxigenação”. Essa reflexão nos traz novas formas de pensamento pedagógico que podem ser desenvolvidas com os estudantes em sala de aula ou mesmo em atividades extracurriculares e em outros momentos de interação educacional. Afinal, a formação para a cidadania acontece a todo o momento e não se pode deixar de ser observada e ressignificada, respeitando o outro na sua diversidade, e fazendo parte do currículo formal e informal.

A problematização desta pesquisa não é a segregação ou separação das pessoas não heteronormativas, mas a consolidação sobre a garantia dos Direitos Humanos à educação formal e informal de qualidade que respeite sua condição e diversidade, auxiliando na construção de suas relações pedagógicas, desenvolvidas ao longo da experiência educacional. Segundo Louro (2014, p. 53), em nossa sociedade, devido à hegemonia branca, masculina, heterossexual e cristã, têm sido nomeados e nomeadas como “diferentes” aqueles e aquelas que não compartilham desses atributos.

As relações estabelecidas socialmente no ambiente escolar são importantes para a formação da pessoa estudante; do mesmo modo, as violências ligadas à exclusão também contribuem negativamente para essa construção, uma vez que, durante seu processo de formação, os/as estudantes foram excluídos ou segregados/as por não terem identificação com o “outro”, pois este “outro” ao qual supostamente se identificaria não

existe, principalmente, quando é acometido pelo silêncio e negação por parte do/a professor(a). À vista disso, faz-se necessário um diálogo reflexivo sobre essa temática.

Precisamos pensar em como desenvolver atividades que dialoguem com a condição e a diversidade da pessoa estudante, respeitando nossas construções culturais e sociais. Entender a importância da representatividade sobre a diversidade no corpo docente da escola, contextualizando para a pessoa estudante que os/as professores(as) também podem ser gays, quilombolas, indígenas, mulheres, bissexuais, pretos, asiáticos, transexuais, pessoa não binária e tantas outras condições que se percebem em uma singularidade social diferente da cisheteronormatividade¹³ machista branca hegemônica.

Justificativa

Brasil, ano 2023, século XXI, sobrevivendo às sequelas da pandemia da COVID-19. Ainda estamos em uma sociedade machista, heteronormativa, xenofóbica e patriarcal. Assim, seguimos nossa transformação social tentando ressignificar conceitos, normas e comportamentos. Grupos sociais que não se encaixam aos “padrões” impostos pela sociedade atual são hostilizados e silenciados por muito tempo; as mulheres, os gays, as lésbicas, os/as transgeneros, as travestis, os negros foram silenciadas/os por suas condições de vida e permanência social.

No texto “Artes visuais, feminismos e educação no Brasil: a invisibilidade de um discurso”, a autora Luciana Gruppelli Loponte (2015), professora doutora em educação pela Universidade Federal do Rio Grande de Sul, nos traz uma indagação: onde estão as mulheres artistas? E eu pergunto: onde estão os homossexuais, transexuais, quilombolas, asiáticos e indígenas professores artistas? O que essa minoria social tem produzido dentro da Arte e da Educação em nosso país? Problematizações se fazem necessárias até hoje na busca de respeito e valorização de grupos sociais que não são silenciosos, mas foram silenciados.

Loponte (2015, p. 147) reflete em seu artigo sobre a necessidade do diálogo entre mulheres artistas (grupo social ainda marginalizado), reafirmando Mayayo (2003), o que se impõe nesse momento é a desconstrução radical das bases teóricas e metodológicas sobre as quais se assenta a disciplina Arte e o discurso histórico-artístico tradicional. Dessa maneira, precisamos ressignificar conceitos historicamente passados por meio de nossas heranças culturais e refletir como a organização social atual define quem esta no

¹³ Conjunto bem delimitado de normas, reforços e punições, assim como aquelas presentes nas instituições, que naturalizam e padronizam o indivíduo cisgênero e heterossexual como possibilidade única e a reforçam como regra (ROSA, 2020).

centro das decisões e quem está na periferia delas.

Os estudos de gêneros em nosso país estão diretamente relacionados com movimentos feministas e suas reverberações dentro das proposições e reflexões que podemos estabelecer com este levantamento sobre o estudo de gênero. Por vivermos em uma sociedade ainda machista, as mulheres e suas produções artísticas ficaram silenciadas por muito tempo, sendo assim, anuladas do conhecimento de suas próprias produções artísticas, até mesmo entre as próprias mulheres.

De acordo com o apontamento levantado, reafirmo a necessidade de novas pesquisas acadêmicas e legislações curriculares sobre os estudos de corpos, gêneros e sexualidades e suas aplicabilidades em nossos repositórios universitários com diálogo mais aberto e receptivo sobre os processos artísticos e pedagógicos voltando os olhos para a ressignificação e emancipação de conceitos e práticas educativas artísticas educacionais.

Na busca pela visibilidade da Arte confeccionada por mulheres, nos anos de 2006 e 2013, respectivamente, o Brasil recebeu duas grandes exposições que movimentaram o diálogo com obras feministas: a exposição *Manobras Radicais*, com curadoria de Paulo Herkenhoff e Heloisa Buarque de Holanda, que reuniu obras de mulheres artistas que produziram entre 1886 a 2005, e a exposição *Elles: mulheres artistas na Coleção do Centro Pompidou*, que se tratava de uma versão da exposição *elles@centrepompidou*, realizada no Museu de Arte Moderna do Centre Pompidou em Paris de 2009 a 2010, em que era apresentado ao público o acervo feminino da instituição e teve como curadoras Cécile Bebray e Emma Lavigne. Esta última exposição teve também a colaboração de obras de artistas brasileiras.

Segundo Debray e Lavigne (2013, p.152), a exposição *Manobras Radicais* contribuiu para “des-alinhar” o “gênero”, desmontar o preconceito contra uma “arte feminina” e mostrar, por meio da multiplicação dos pontos de vista e das técnicas, que as artistas mulheres fizeram a história da arte do século XX tanto quanto os homens, reafirmando, dessa maneira, a importância da produção artística de mulheres sobre mulheres e para mulheres.

A reflexão criada pelas exposições suscita o pensamento para além das questões de gênero, visto que elas trazem reflexões sobre sexualidades, educação e arte. Coincidentemente, acabamos de viver o Governo brasileiro do ex-presidente da república Jair Messias Bolsonaro, que insistia em fomentar a disseminação do ódio e da violência contra grupos antes marginalizados e foi responsável pelo corte de investimentos na área

da pesquisa e educação em nosso país. Apesar disso, por meio de lutas e conquistas sociais, esses grupos têm se mostrado resistentes frente às necessidades dialógicas com a sociedade civil e educacional.

Teorias e práticas pedagógicas precisam ser revisitadas constantemente e ressignificadas de acordo com as necessidades dos atores educacionais. Além disso, é necessário desenvolver novas metodologias de ensino na formação de docentes e discentes, contextualizando e transformando a prática da sala de aula, tornando o professor apto no encaminhamento do trabalho com a diversidade em sala, encontrando caminhos e descobertas na orientação com seu estudante, não que seja função apenas do professor, mas este tem papel relevante na formação do “eu” no estudante, afinal o professor é referência de comportamento e atitudes, e o estudante clama por uma referencialidade na escola.

A identificação pelo gênero sexual está relacionada às construções históricas, culturais e sociais ao longo da evolução humana, assim como afirma Ribeiro (2012, p. 451): “o gênero é uma construção erigida sobre crenças, normas, hábitos, valores, práticas e atitudes, onde a diferença biológica entre homens e mulheres é hierarquizada, sendo-lhe atribuído um significado cultural”, portanto não é uma questão de escolha e sim de condição e construção social.

De acordo com Santos e Mieto (2015, p. 129), segundo a teoria *walloniana*, a construção do ser depende de uma relação com o *outro*, suas interações sociais, humanas e afetivas, construídas pelo processo de oposição, em que o *outro* se torna um instrumento de reconhecimento de si mesmo – neste caso reafirmando a necessidade da relação com o *outro* para a formação do eu e suas representatividades.

Sobre a contribuição de Erick Erikson, psicólogo do desenvolvimento e psicanalista, sob a perspectiva de Santos e Mieto, podemos perceber o seguinte: “na infância é pela presença e oposição ao *outro* que desenvolvemos nossa autonomia; na adolescência, é pela oposição ao *outro* que formamos nossa identidade e nos definimos como pessoa. Essas definições são consideradas tarefas centrais para que nos tornemos adultos”.

Já para Vigotski, o desenvolvimento humano se dá não por oposição, mas pela aquisição de símbolos e signos culturalmente construídos por mediação do *outro*. A ZDP (Zona de Desenvolvimento Proximal) é o hiato que existe entre o que a pessoa consegue fazer sozinha e o que é realizado com a interação de um mediador de aprendizagem. É durante o ZDP que acontece a aquisição de símbolos e signos culturais na construção do

eu; por isso a importância do mediador nos processos de entendimento e aceitação do “eu” na pessoa estudante.

Porém, para tal despojamento de preconceitos, é necessário que a formação dos professores e das professoras seja pensada sobre o viés do respeito à diversidade e dos Direitos Humanos e pedagógicos à comunidade LGBTQIA+, acontecendo em cursos de formação continuada, programas de pós-graduações, nas graduações e até nas reformulações do currículo escolar, para que professores e professoras possam se sentir mais preparados e preparadas para desenvolver esse trabalho temático e contribuir com uma educação de qualidade nas escolas.

A tolerância e o respeito por meio do diálogo podem ser um caminho para tratar as situações de preconceitos à diversidade, devendo esta fazer parte das ações e das relações dialógicas e pedagógicas estabelecidas entre os/as profissionais da educação e das áreas de formação social.

Diante do contexto apresentado, surge como produto pedagógico desta pesquisa a *performance* “Corpos, Gêneros e Sexualidades na formação docente”, que será apresentada no próximo tópico Metodologia. Essa *performance* procura fomentar e dialogar com docentes e discentes no anseio por novas didáticas por meio das quais o professor possa conduzir de forma mais humanizada as especificidades sobre gênero e sexualidades em sala de aula.

Intervenção metodológica

1º momento: apresentação da *performance* e contextualização da temática com proposições disparadoras para o diálogo;

2º momento: “roda de conversa” para recepcionar as falas, angústias, ideias e reflexões dos professores a partir da *performance* e da temática apresentada;

3º momento: refletir sobre os atuais comportamentos que corroborem a proposta do encontro.

Descrição da *performance*

A *performance* inicia-se com a imagem do meu corpo em pé, vestindo apenas uma cueca e escrevendo sobre a pele palavras ofensivas (homofóbicas) que ouvia nos corredores da escola quando era estudante. Durante esse processo, convido o público a também escrever suas palavras no meu corpo; após a escrita me afasto e coloco uma música: Nocturne Op. 9 No. 2, de Chopin. Pego um batom vermelho e passo na boca,

limpo a boca e coloco o batom sobre uma mesa do meu lado direito. Pego um esmalte vermelho e pinto as minhas unhas das mãos, assopro o esmalte para secar, coloco-o na mesa do meu lado direito. Ao fundo e à esquerda, há outra mesa com figurino masculino (calça jeans, camisa escura, botas marrons e meias pretas). Caminho até essa mesa e, com o corpo de frente para o espectador, faço uma pausa, apresento meu corpo abrindo os braços com as palmas das mãos para frente. Então, visto uma calça jeans masculina, uma camisa masculina, uma meia masculina, uma bota masculina. Numa pausa, apresento novamente meu corpo, respiro e vou embora de costas.

Público-alvo

A intervenção artístico-pedagógica foi organizada para ser desenvolvida com e para docentes do Ensino Fundamental, séries iniciais da Educação Básica.

Espaço

CEMEPE – Centro Municipal de Estudos e Projetos Educacionais Julieta Diniz

Escola Municipal Professora Cecy Cardoso Porfírio

Universidade Federal de Uberlândia – estudantes do programa de mestrado e doutorado em educação do PPGED/ 2023

Duração

Tempo flexível. Esse encontro pode ser desenvolvido em quatro horas ou de maneira fracionada.

Recursos didáticos pedagógicos

Internet, projetor, microfone, caixa de som, cabos, papéis para anotações, lápis, caneta.

ANEXOS

Anexo 1 – Projeto de Lei que dispõe sobre a não doutrina de ideologia de gêneros nas escolas da rede pública municipal, estadual e de ensino privado em todo o município de Uberlândia.

Consulta leis.

Tipo: LEI ORDINÁRIA
Situação: Em Vigor
Data da Lei: 04/07/2023 **Início Vigência:** 05/07/2023
Autores: ZEZINHO MENDONÇA / SÉRGIO DO BOM PREÇO / WALQUIR AMARAL / ANTÔNIO AUGUSTO QUEIJINHO / ANDERSON LIMA / LEANDRO NEVES / NEEMIAS MIQUÉIAS
Assuntos:
Arquivos:
Projeto de Lei: [Projeto - Projeto de Lei Ordinária - 01766/2023](#)

Exibir texto compilado



Município de Uberlândia
MINAS GERAIS

LEI ORDINÁRIA Nº 14004

DISPÕE SOBRE NÃO A DOCTRINA DE IDEOLOGIA DE GÊNEROS NAS ESCOLAS REDE PÚBLICA MUNICIPAL, ESTADUAL E DE ENSINO PRIVADO EM TODO O MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

O PREFEITO DE UBERLÂNDIA, Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica vedado, na rede pública de ensino de âmbito municipal e nas entidades privadas no Município de Uberlândia, por parte dos orientadores, diretores, coordenadores e qualquer funcionário subordinado a rede pública ou particular do Município, a institucionalização acerca de conteúdo curricular e orientação pedagógica, que dissemine:

I - a utilização da ideologia e doutrinação de gêneros, dentro ou fora, da sala de aula;

II - orientação sexual de cunho ideológico e seus respectivos derivados;

III - a propagação de conteúdo pedagógico que contenha orientação sexual, ou que cause ambiguidade na interpretação, que possa comprometer, direcionar ou desviar a personalidade natural biológica e a respectiva identidade sexual da criança e do adolescente;

IV - veicular qualquer tipo de acesso à conteúdo de gêneros, que possa constranger os alunos, ou faça qualquer menção a atividade que venha intervir na direção sexual da criança e do adolescente.

Parágrafo único - O disposto desta Lei aplica-se, no que couber:

1. às políticas e planos educacionais e às propostas curriculares;

2. filmes, danças, fotografias e peças teatrais educativas;
3. aulas, palestras, vídeo conferência, atividades ministradas por conteúdos de internet, ou ainda, fora do expediente de aula em debates no interior da escola;
4. às provas e avaliações durante todo o ano letivo, incluindo as provas para ingresso no ensino superior.

Artigo 2º - VETADO

Artigo 3º - A transgressão da referida lei por parte dos orientadores educacionais, seja da rede pública estadual ou privada, estarão sujeitos às seguintes penalidades:

I - no caso da transgressão por parte do funcionário público, incorrerá nas penalidades disposta no artigo 154, inciso II da Lei 04, de 15 de outubro de 1990;

II - no caso de reincidência praticada por funcionário público, incorrerá nas penalidades dispostas no artigo 157, da Lei 04, de 15 de outubro de 1990;

III - sendo o infrator funcionário de instituição privada, será imposta multa de 100 UPF (Unidades Fiscais do Município de Uberlândia);

IV - em caso de reincidência, praticada por infrator da rede pública de ensino privado, a multa imposta será de 1000 UPF (Unidades Fiscais do Município de Uberlândia);

Artigo 4º - O diretor, coordenador, ou qualquer funcionário que exerça função de supervisor da instituição de ensino deverá fiscalizar rigorosamente seus docentes, a fim de garantir a eficácia da presente lei e, no caso de haver constatação de qualquer irregularidade por parte do corpo docente, deverá denunciá-lo imediatamente, sob pena de responder em solidariedade pelas penas previstas em lei.

Parágrafo único - A denúncia por parte dos pressupostos da instituição educacional deverá ser realizada antes de qualquer denúncia externa, sob pena de se tornar ineficaz, respondendo solidariamente pela infração.

Artigo 5º - VETADO

Parágrafo único - As instituições de ensinos municipais, estaduais e privadas deverão afixar nas paredes, de modo que as pessoas possam ter acesso à leitura do conteúdo proibitivo de orientação sexual, sob qualquer pretexto no interior da instituição de ensino, inclusive em salas de professores, locais onde serão realizadas reuniões de pais trânsito de alunos.

Artigo 6º - As denúncias serão recebidas através da ouvidoria da secretaria de educação, órgão responsável de receber reclamações que visa a garantia fundamentais da administração pública, dentro do âmbito educacional.

Parágrafo único - As denúncias deverão ser realizadas com um mínimo de indício de veracidade, para que não ocorra injustiça quanto a aplicabilidade da pena.

Artigo 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Uberlândia, 12 de junho de 2023.

Anexo 2 – Deferimento sobre a revogação da lei ordinária nº 14004 de Uberlândia.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de UBERLÂNDIA / 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Uberlândia

PROCESSO Nº: 5039089-33.2023.8.13.0702

CLASSE: [CÍVEL] AÇÃO CIVIL PÚBLICA CÍVEL (65)

ASSUNTO: [Autonomia da Instituição de Ensino]

AUTOR: SINDICATO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA

RÉU/RÉ: MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA

Vistos etc.

O SINDICADO DOS TRABALHADORES NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA/MG – SINTRASP propôs a presente ação em face do MUNICÍPIO DE UBERLÂNDIA, na qual, em sede de tutela de urgência, requereu que seja determinado ao requerido que suspenda a prática de qualquer ato de censura, fiscalização ou investigação que tenha por fundamento a Lei Municipal n.º 14.004/2023 e, consequentemente, suspenda a abertura de processo administrativo contra o corpo escolar municipal.

Na inicial, o requerente alega que o prefeito de Uberlândia sancionou a lei indicada no parágrafo anterior, diploma este que veda a realização de debates acerca da chamada “ideologia de gênero” em toda rede pública municipal, estadual e privada de ensino no âmbito desta urbe.

De acordo com a autor, a lei em questão viola diversos



dispositivos constitucionais, em especial o que garante o direito à igualdade, o que veda a censura em atividades culturais, o que garante o devido processo legal substantivo, o que estabelece a laicidade do Estado, o que fixa a competência exclusiva da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, o que prevê o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, bem como o que garante o direito à liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

É o sucinto relatório. Decido.

Inicialmente, defiro o pedido de gratuidade formulado pelo autor.

Analisando os termos da Lei Municipal n.º 14.004/2023, verifico que, realmente, ela trata explicitamente sobre currículos, conteúdos programáticos, e o modo de exercício da atividade docente, o que não se nos afigura possível, tendo em vista o disposto no art. 22, XXIV, da Constituição da República, que estabelece a competência exclusiva da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação.

De igual forma, entendo que essa lei fere a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento a arte e o saber, bem como o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, implicando verdadeira censura.

O pior de tudo é que o diploma legal combatido utiliza-se de uma expressão (“ideologia de gênero”) que foi forjada por setores ultraconservadores, que acreditam que professores têm o poder de influenciar na orientação sexual de seus alunos, o que, evidentemente, é uma rematada falácia. Assim, com base nessa falsa crença, busca-se impor a censura, e o que é o mais grave, com ameaças aos nossos docentes.

Com efeito, a Lei Municipal n.º 10.004/2023, contém dispositivos que impõem aos diretores escolares e supervisores de ensino que fiscalizem seu cumprimento, denunciando qualquer irregularidade por parte do corpo docente.

Por outro lado, ficam os discentes prejudicados, vez que não terão acesso à educação sexual na escola, o que, além de ferir nossa Lei Maior, conforme já visto, deixa-os num completo estado ignorância, tornando-os presas fáceis de abusadores, muitos dos quais estão dentro de seus próprios lares, conforme mostram as estatísticas.

Enfim, com a devida vênia aos edis locais, bem como ao alcaide desta urbe, entendo, em princípio, que o texto legal padece de inconstitucionalidade, razão pela qual vislumbro a presença de elementos a evidenciar a probabilidade do direito invocado.

O perigo de dano, por sua vez, é patente, na medida em que, mantida a possibilidade de censura, fiscalização e punição dos docentes, estar-se-á criando um clima de insegurança nas escolas, próprio de um tempo, "página infeliz da nossa história", que não pode e não deve voltar nunca mais.

Posto isso, defiro o pedido de tutela de urgência, nos termos em que formulado.

Cite-se e intime-se o requerido.

Uberlândia, 17 de julho de 2023.

JOÃO ECYR MOTA FERREIRA

JUIZ DE DIREITO

UBERLÂNDIA, data da assinatura eletrônica.

JOAO ECYR MOTA FERREIRA

Juiz(iza) de Direito



